O POVO DE AVEIRO

Semanario republicano

PROPRIETARIO E DIRECTOR Francisco Manuel Thomaz Christo

ANNO XXIX

Assignaturas, pagamento adeantado
Aveiro, anno, 1$200. Semestre, 600 reis. Fóra d'Aveiro: Portugal e colonias, anno, 1$300. Semestre 650. Extrangeiro, 2$500.
Redacção e administração—Rua d'Arnellas—AVEIRO

AVEIRO, 1 DE MAIO DE 1910

Publicações
No corpo do jornal: a linha 40 reis. Annuncios (quarta pagina) cada linha 20 reis. Permanente mediante contracto.
Composto e impresso na Typographia do *Povo de Aveiro*.

N.º 1:358

Salve-se a Nação

O caso das cartas Serpa Pimentel não constitue *novidade nenhuma*. Só um povo como este, caracterisado de ha muito, como todos os povos insufficientes, pela sua futilidade, a sua falta de ponderação, a sua ausencia quasi completa da nobre faculdade de raciocinar, se poderia impressionar com um caso *previsto*, consequencia logica, portanto fatal, de todos os antecedentes de corrupção alimentada sem cessar pelo criminoso egoismo das quadrilhas politicas e facil complacencia da parte do paiz que se diz honesta.

Temos visto aqui como está cheio de ladrões, d'assassinos, de cavalheiros d'industria, de pulhas, esse partido que se diz destinado a redimir a patria, a moralisar os costumes, a salvar isto pela pratica rigorosa da virtude. E, comtudo, não ha ladrão, nem assassino, nem cavalheiro d'industria, nem pulha que, pelo simples facto de se dizer republicano, o partido republicano não proclame como um homem *honrado*. E' já proverbial a sentença do Bombardino Rachado: *dizer-se republicano, é dizer-se homem de bem em Portugal.*

Esse bandido que levanta agora, *gloriosamente*, a questão Serpa Pimentel, tem commettido precisamente as indignidades que accusa ao ajudante de campo do rei de Portugal. Mas em circumstancias muito mais odiosas, muito mais graves. E muito mais odiosas, e muito mais graves, porque elle é membro d'um partido *que se diz destinado a redimir a patria portugueza pela justiça, pela verdade, pela moralidade.* Porque elle é membro d'um partido que combate as instituições monarchicas, reclamando a toda a hora a sua queda em *nome da justiça, da verdade, da moralidade.* Membro d'esse partido e seu generalissimo, o mais alto, o mais cotado, o mais venerado dos seus gloriosos magnates. E D. Fernando de Serpa Pimentel não é politico, nem é membro em evidencia de nenhuma quadrilha partidaria. E' um simples particular. Tirava effeito da alta situação de ajudante de campo ou de amigo do rei D. Carlos? Não deixou, não deixa de ser, por isso, um simples particular.

Affonso Costa era deputado quando se converteu em advogado da Companhia dos Phosphoros. Levava á Companhia dos Phosphoros, por simples, insignificantes trabalhos da sua profissão, que o ex-membro do directorio do partido republicano e austero marechal do mesmo, mumia sanctificada, o bacharel em leis José Francisco d'Azevedo e Silva considerava *muito bem pagas* com cem libras, **treze contos de reis.** A Companhia dos Phosphoros andava, então, em grave litigio com o Estado. E' claro que se dirigia ao deputado Affonso Costa, marechal do partido, verdadeiro director do *Mundo*, não para obter um *bom advogado*, que bons advogados já ella tinha, mas para obter o auxilio importante d'um homem com larga influencia nos partidos e na opinião publica. Era um acto de manifesto suborno. Era um acto de peita escandalosa. E tanto Affonso Costa assim o entendia, e tanto n'essas condições se convertia em seu advogado, que fazia pagar por treze contes de reis aquillo que, na opinião dos advogados do seu partido, e dos que este considerava mais honestos, ficaria muito bem pago por *quatro centos mil réis.* Não era, pois, o serviço do advogado, mas *o serviço do politico*, que Affonso Costa fazia pagar. Isto é, *vendia-se como homem publico* ainda que embrulhado na capa de advogado.

Não ha exagero nenhum n'estas palavras. Nem sophisma. Estas palavras exprimem rigorosamente a verdade. O partido republicano accommodou-se, como se accommoda sempre, e como, invariavelmente, se accommodam todos os partidos e toda a gente em Portugal. Mas no primeiro instante indignou-se. Ameaçou. Trovejou. O grupo dos pulhas de bem dizia as ultimas, no café Martinho, em Lisboa. O advogado Francisco Ramos da Cruz levantava a questão no seio da commissão municipal. O austero pulha de bem e já citado José Francisco d'Azevedo e Silva preparava uma carta para o *Diario de Noticias*, a despedir-se do partido, quando este resolvia reeleger por Lisboa o deputado Affonso Costa. Corria do Porto a Lisboa, para o dissuadir de tal proposito, outro austero pulha de bem, o rigido cidadão que está hoje á frente da *Patria*. Azevedo e Silva annuia, resignando-se a *gramar* o Affonso Costa, como, mais tarde, os seus intimos amigos, membros do seu grupo, não menos illustres e austeros pulhas de bem, que dão pelos nomes de João de Menezes e Cabrito Macho, gramavam, depois de terem jurado que *ou elle ou elles*, o glorioso cidadão Cunha e Costa. Mas, gramando, Azevedo e Silva, como ainda os do seu grupo, como ainda o João de Menezes em surdina entre os amigos e Cabrito Macho em piada no jornal, ficou *chiando*. E conhece-se aquella historia que elle contava a toda a gente — ouvimos-lh'a nós — e já referida, por vezes, n'este jornal. Os da Companhia dos Phosphoros repontaram com a conta dos treze contos de reis. Treze contos de reis e pico. Mettia verba de cinco reis, como quasi todas as contas de ladrões. Repontaram. Acharam salgadito. Pareceu-lhes que o bandido não valia tanto. E entraram em consultas, entre os d'elles. Um dos consultados foi o visconde de Carnaxide. E o visconde de Carnaxide observou, in-continenti: *O quê? Pois acham muito para comprar o Affonso Costa e o Mundo?*

A esta observação, os da Companhia cahiram em si. Realmente, tinham-se esquecido de que era para comprar o Affonso Costa e o *Mundo*. E para comprar o Affonso Costa e o *Mundo*, na verdade não era muito. E apressaram-se a pagar. Mandaram pagar, a correr. Não fosse o Affonso Costa, reflectindo, pedir mais!

Isto contava o austero José Francisco de Azevedo e Silva a toda a gente.

Sabe-se, e já aqui o referimos tambem, como os republicanos de Coimbra se indignaram contra o mesmo Affonso Costa quando da questão da tracção electrica n'aquella cidade. Accusaram-no, voz em grita, de sacrificar os interesses da cidade. De estar vendido, vendendo as suas funcções de deputado. Estas indignações, estes protestos, estas accusações, mais ou menos veladas, chegaram a vir a publico na propria imprensa do partido que se propõe redimir a nossa patria. E' ler a imprensa de Coimra, d'essa data.

O Leandro, está na memoria de toda a gente, — é um facto de hontem — foi proclamado innocente, foi chamado homem honrado, — chamava-lh'o o Cunha e Costa— só pelo facto de estar sob a protecção da gloriosa bandeira *democratica*. O Guimarães, que matou o pobre Nunes Pedro, é um *homem honrado*. O Djalme, que falsificou as inscripções, é mais do que um homem honrado, é um *glorioso martyr*. O Affonso Costa, no congresso de Setubal, deu a sua *palavra de honra* que o Djalme estava innocente, o glorioso martyr. Outro homem honrado é o Cunha e Costa. Outro homem honrado é o Arthur Leitão. E' honrado todo o pulha, todo o ladrão, todo o assassino, todo o malandro que fôr republicano, pois que ser republicano — sentença do eleito de Jesus, do Papa democratico, do Bombardino Rachado — é ser homem de bem em Portugal. Porque se impressiona então o paiz com o caso das cartas roubadas pelo Affonso Costa?

Isso só demonstra, outra vez o dizemos, a eterna futilidade, a inconsistencia de caracter d'este povo desgraçado.

Por um lado, era provavel que a questão Hinton envolvesse corrupção, peita, suborno, como, geralmente, em qualquer parte do mundo, todas as questões da mesma ordem. Por outro lado, quem tinha menos auctoridade para falar e accusar, por isso mesmo que é a quadrilha mais corrupta e hypocrita que ha em Portugal, era, exactamente, o partido republicano, demais a mais representado pelo Affonso Costa.

O paiz não tinha, não tem que se impressionar. Tinha e tem, somente, que meditar.

Não seremos nós a dizer que as cartas de Serpa Pimentel não revelem, da parte d'este homem, uma grande indignidade. Revelam. Mas o facto importante não é esse. Esse facto, se fosse isolado, não valeria nada. Infelizmente, é um facto synthetico. E' mais uma demonstração do que temos dicto aqui mil vezes: o que domina n'este paiz é o esdirito de banditismo, representado por quadrilhas, infamissimas quadrilhas, que só se dizem partidos politicos para enganar papalvos.

O que moveu o bandido Affonso Costa, e, com elle, o partido republicano, não foi, de modo algum, o espirito da justiça e da verdade. E' preciso dize-lo bem alto. E que não foi, demonstra-o a circumstancia do partido republicano estar cheio de bandidos, amados, engrandecidos, exaltados, aureolados. O que o moveu foi o espirito de quadrilha, o torpe espirito de facção, n'uma palavra: o asqueroso banditismo que nos mata.

A monarchia não saberá repellir, castigar, annullar, o signatario das cartas escandalosas. Que ellas são escandalosas, não ha duvida nenhuma. Que ellas sujam um homem, é incontestavel. Que D. Fernando de Serpa Pimentel se mostrou indigno dos cargos que exercia e da farda que veste, não se pode *nem se deve negar*. Mas isso seria o menos, se os partidos monarchicos soubessem castiga-lo. Como seria o menos apparecer um ou outro republicano indigno se o partido republicano soubesse, desde logo, affasta-lo. Assim honrar-se-hiam os partidos monarchicos, honrar-se-hia o partido republicano, honrar-se-hia a nação, demonstrando-se ao mundo que havia entre nós a primeira condição de vitalidade, que é o caracter.

Mas o pulhismo, o extremo pulhismo, a infamia, a grande infamia, é *que os tratantes só são tratantes*, em cada partido politico, *se pertencem aos partidos contrarios.*

Essa é que é a infamia. Esse é que é *o grande facto.* E esse é que é o *grande facto* porque n'elle é que está a demonstração eloquente da *nossa falta de caracter.*

Como poderia haver alguem sem se indignar contra o canalha Affonso Costa se n'este paiz houvesse caracter? Elle affirma um crime, é verdade. Elle revela infamias, é incontestavel. Mas, pondo mesmo de parte os processos miseraveis de roubos de cartas e outros que são já habituaes n'esse canalha, a indignação do paiz seria contra elle antes de ser contra o auctor das cartas. E seria *primeiramente* contra elle porque ha uma coisa que indigna, que enoja, que revolta mais que o proprio crime: é o crime a pedir contas ao crime, é o crime feito censor, é o crime a apregoar moralidade, ou empunhando a vara da justiça e embrulhando-se na toga do magistrado.

Miseraveis! Que grandes miseraveis! E, em relação ao paiz, que dolorosa, que triste falta de caracter!

Eu ainda não vi ninguem, de dentro da monarchia, fulminar D. Fernando de Serpa Pimentel, esse negociante de consciencias, começando pela propria, e negociante fardado. Isso é uma tristeza! Isso é uma miseria! Mas tambem ainda não vi, ainda não ouvi, um grito de indignação, nos arraiaes republicanos, contra o miseravel Affonso Costa! Para os monarchicos só é miseravel o Affonso Costa. Para os republicanos só é miseravel o D. Fernando de Serpa. Quer dizer, o genuino, o authentico espirito de quadrilha em acção!

Pode o paiz sobrepôr-se a esse espirito infame? Pode subjuga-lo, domina-lo, extirpal-o? Dão para tanto as energias portuguezas? Pode abalançar-se a essa obra o caracter nacional? O paiz salva-se. D'outra forma este povo está morto. Nação moribunda a estrebuchar.

Expulsem a tiro, que a chicote já é pouco, esses vendilhões do templo que se dizem republicanos. Esses farçantes, esses repugnantes histriões, esses hypocritas. N'esse partido *não ha um unico homem a que logicamente se possa chamar homem honrado.* Porque aquelle que não é pulha directamente, é pulha pela solidariedade, pela camaradagem, pelo contacto. *Diz-me com quem lidas, dir-te-heis quem és.* Expulsem-nos a tiro, que os maiores criminosos são elles por isso mesmo que ousam falar em nome da moral. A tiro! Que se lavem, que se purifiquem, que *se dignifiquem*, termo da moda democratica, se quizerem ser attendidos e respeitados. Mas deixem tambem cahir severamente a espada da justiça sobre a cabeça de todos aquelles que, como D. Fernando de Serpa Pimentel, se esquecem da dignidade da sua pessoa e da dignidade das suas funcções para descerem á vileza de corretores de lupanares.

Ou este povo está morto.

Nação moribunda a estrebuchar!

Ordem! Ordem!

Escrevem-nos de Braga:

Sr. Redactor:

Ha dias publicou V. no seu conceituado jornal—*O Povo de Aveiro* — umas accusações de bastante gravidade que o jornal a *Beira-mar* fazia ao pessoal encarregado do serviço telegrapho-postal em Aveiro.

N'um dos ultimos numeros declara porem V. que se anda já a proceder á uma syndicancia rigorosa para ver a quem cabem as responsabilidades de tão graves accusações.

Aproveito esta occasião para lembrar-lhe que seria de bom resultado o pedir tambem uma syndicanciasinha ao serviço do correio em Braga, onde ultimamente se veio *anichar* um grupo de gravatinhas lisboetas que apesar de estarem ao serviço do Estado, que lhes paga convenientemente, manifestam publicamente o seu odio ao regimen, chegando alguns d'elles a collaborarem em *trabalhos* no centro republicano local, onde estão filiados.

De V.

Braga, 27-4-910.

Admirador sincero.

Ordem! Ordem! Respeito á lei! Respeito ao principio d'auctoridade! Sem isso não ha governo, nem governo monarchico nem governo republicano. Ora uma das maiores causas de desordem n'esta terra tem sido esse *pulhismo* dos governos consentirem que os empregados publicos façam escandalosa propaganda republicana, sobrepondo os seus odios ou fanatismo de facção aos seus deveres profissionaes.

Em Braga teem-se dado casos irregularissimos com o *Povo de Aveiro*, alguns dos quaes foram por nós submettidos á apreciação do sr. director geral dos correios. A causa será essa, que a carta acima publicada vem agora revelar?

E' preciso metter na ordem, a sério, á tesa, os empregados do correio, como toda a gente em geral e todos os empregados em especial.

Ordem! E mão de ferro para impôr a ordem! Ou estamos perdidos.

Resposta a um Cigano

Que vaidade a sua, Guerra Junqueiro! Que prosapia tão insensata! A imaginar que me deixou esmagado! De joelhos, como o senhor diz, de mãos postas, a implorar-lhe piedade! Ah, Guerra Junqueiro, que o senhor chega a ser parvo! Porque é uma coisa singular: estes litteratos portuguezes, grandes ou pequenos, desde Guerra Junqueiro até Brito Camacho ou João Chagas, não sabem raciocinar. Um homem são, com dois murros, escangalha-os. Um polemista mediocre, com dois argumentos, atira-os de cangalhas. Verdadeiros bonifrates!

Em primeiro logar, a quem responde o senhor? A mim?! Logo ahi o senhor se estende, e raso. Pois aquelle que se proclama a si proprio, com jactancia affrontosa, o auctor da *Patria*, dos *Simples*, da *Morte de D. João*, das *Orações*, gastaria **mais de duas paginas** de prosa, e em jornal de **grande formato**, a responder-me a mim, de tão *modesta vida intellectual*? E ainda se fosse a mim!... Mas não. Nem é a mim. E' a Marques Rosa! A quem o senhor, de facto, respondeu, foi a Marques Rosa. Pois o senhor, o *genial* auctor da *Patria*, dos *Simples*, da *Morte de D. João*, das *Orações*, tão orgulhoso, tão soberbo, gasta **assim duas paginas de prosa,** em jornal de **grande formato,** a responder a um *malandro*, como o senhor diz, e a um *malandro* anonymo, um desconhecido, um caixeiro, sem representação social e sem a menor cathegoria intellectual? Pois o senhor *desceu a isso*, Guerra Junqueiro?

Não. Não se illuda, Guerra Junqueiro, que não illude ninguem. O senhor não me respondeu a mim. O senhor não respondeu ao obscuro e desconhecido Marques Rosa, por cumulo um *desavergonhado*. O senhor respondeu, simplesmente, á consciencia publica e á sua propria consciencia torturada.

O senhor queria, Guerra Junqueiro, que eu não acreditasse facilmente o que me disse o Marques Rosa. Queria-me a fazer inqueritos, a exigir provas sobre provas e, ainda assim, ou mesmo assim, sempre a duvidar. Teria razão, Guerra Junqueiro, se o senhor não fosse, como cigano, um homem *nacionalmente* julgado e condemnado. Nacionalmente e *unanimemente*. Por amigos e por adversarios. O senhor é para todos um *cigano*. O senhor é para todos um velhaco. O senhor está por todos julgado. Por todos condemnado. Sente-se por si proprio julgado. Por si proprio condemnado. Como o demonstra essa resposta de duas paginas e pico ao Marques Rosa, em jornal de *grande formato*, e a perturbação, o esforço moral, o enorme, o titanico esforço moral que essa resposta representa.

Porque acreditei eu o que me disseram do senhor? Eu tive reluctancia, ainda assim, já disse, em acredita-lo. Mas não porque eu não soubesse, de ha muito, pelos seus mais *intimos amigos e fervorosos admiradores*, que o senhor era um *cigano*. Simplesmente porque a infamia era tamanha, tão monstruosa, que custava a acreditar.

Com muita ou pouca difficuldade, porque acreditei eu o que me disseram do senhor, Guerra Junqueiro? Porque o senhor, na consciencia publica, estava, de ha muito, julgado e condemnado.

Na sua propria consciencia, como o denuncia essa sua longa resposta.

Se o senhor fosse um homem sem macula, bastar-lhe-ia dizer: «Entre mim, que não sou um anonymo, que tenho uma vida publica e particular que todo o mundo conhece, e esse tal Marques Rosa, deixo o paiz, a julgar.»

E o paiz, tenha a certeza, não hesitaria um instante em se pronunciar.

Não ha homem mais combatido n'esta terra do que sou eu, Guerra Junqueiro. Pelo mal que eu faço, comprehende-se todo o exaggero das represalias. Pois podem os seus correligionarios ainda os mais pulhas, os mais abjectos, os mais canalhas, dizer á vontade que sou ladrão, ou que ando aqui assoldadado, que não me fazem mossa. E porque? Porque para a consciencia publica a minha honestidade é um facto averiguado. Ella sabe muito bem, incluindo os mais abjectos e canalhas dos seus correligionarios, que estas mãos nunca se mancharam a roubar a fazenda publica nem os particulares. Ao contrario, os primeiros a duvidarem de si, Guerra Junqueiro, os primeiros a proclamarem que o senhor é um cigano, são os seus intimos e devotados correligionarios.

O senhor não se limitou, não, a encolher os hombros deante das accusações de Marques Rosa. O senhor nem sequer circumscreveu a meia duzia de linhas a sua resposta. O senhor respondeu duas vezes. E da segunda,—depois de dois mezes de hesitações em que andou perfidamente a pesquizar sophismas, á busca de subterfugios, n'uma verdadeira tortura moral,—em longas paginas d'um jornal. Porque?!

Porque sentia pesar sobre si, repetimos, a **condemnação publica!** Porque a sua propria consciencia era a primeira a **condemnal-o!**

O senhor diz que não tinha precisão de roubar o rei D. Carlos. Pois quem o contesta? O senhor diz que gosaria benesses ou canonicatos se quizesse ser monarchico. Pois quem o contesta? Guerra Junqueiro, quem o contesta? Mas no senhor, como em muitas creaturas, ha dois barros. Um melhor, outro peor. No senhor ha uma mistura de ideal e de materialidade. De grandeza e de vileza. De bondade e de maldade. E o senhor vive e lucta entre essas tendencias tão oppostas. No senhor ha, sobretudo, o atavismo judeu a agrilhoar-lhe as aspirações mais generosas.

O senhor, ás vezes, quer fugir para o céo. Mas a garra maldita do fatalismo hereditario, essa tara de judeu, e do reles judeu que vende tamaras, prende-lhe, logo, o movimento e as azas. A's vezes consegue, quando delira, quando affasta os olhos de si mesmo, erguer o vôo, qual aguia. No mais alto dos seus vôos o sol derrete-lhe o verniz, e cahe no charco, como Icaro.

O senhor fala no meu odio. Mas qual odio? O odio á hypocrisia, á mentira, á charlatanice, á covardia, á especulação, que tem convertido em quadrilhas infamissimas os partidos politicos em Portugal? Esse temo-lo, sim, Guerra Junqueiro, e d'elle nos orgulhamos. Mas odio pessoal? A quem? Ao senhor? A Bazilio Telles, que nunca nos tratou senão carinhosamente? A Duarte Leite, que teve sempre comnosco todas as considerações? Ao pulha de bem João de Menezes, ao pulha de bem Brito Camacho, ao *souteneur* elegante João Chagas? Porque? Nem pela perversidade se explicava!

Nós não lhe temos odio pessoal, Guerra Junqueiro. Nenhum odio pessoal. Nem sombras de odio pessoal. E como o senhor não é um *membro activo* da peor quadrilha politica que tem apparecido em Portugal, nunca o teriamos fulminado, embora os seus crimes viessem ao nosso conhecimento, sem a sua vil, a sua vilissima conducta em face do cadaver de D. Carlos.

Isso revoltou-nos, isso indignou-nos, isso mostrou-nos toda a crueza, toda a baixeza, toda a lama que vae na sua alma. Do senhor, que anda ahi, indigno charlatão, a falar em bondade, em perdão, em Deus, nas regiões ethereas, em egualdade, em fraternidade. Indigno charlatão!

Nenhum homem sério applaude, applaudiria um assassinato politico, que, no fundo, é sempre uma covardia, uma villania, um acto negro, como todos os assassinatos. Mas no senhor havia mais a considerar:

Primeiro, o senhor não tinha aggravos nenhuns do rei D. Carlos. E' o senhor mesmo a confessa-lo. Segundo, o senhor não é um republicano de principios. Foi monarchico, e, no fundo, é monarchico. Terceiro, o rei D. Carlos morria no instante em que um ministerio, bem ou mal, tinha o intuito evidente de se oppor á onda de lama que ha muito nos avassala. Quarto, a morte do rei D. Carlos não era, de forma alguma, a obra d'um povo que se liberta d'um tyranno, mas a obra de bandidos que se livram d'um embaraço. E o senhor, poeta, applaudia! E o senhor, que proclama a bondade, o perdão, a caridade, a justiça, nem esperava que os cadaveres arrefecessem para fulminar as victimas e exaltar os auctores do torpe assassinato! O senhor procedeu como um grande miseravel!

«Fôra o rei um *homem*, dizia o senhor na *Patria*, que a nacionalidade moribunda se levantaria por encanto.»

A segurança da patria exigia inadiavelmente á frente do governo um homem de superior intelligencia, de altivo caracter, de animo heroico e resoluto. Era-o D. Carlos? Obedeceriamos a D. Carlos. Uma alma, uma vassoira e uma carroça, de nada mais precisava. Varrer, limpeza geral, pôr isto decente. Tal embaixador levantara castellos de milionario com o dinheiro da nação? Transferil-o de embaixada: representante vitalicio do Limoeiro em Africa. Tal ex-ministro compra as quintas, vendendo a vergonha? Penhora e prisão. Os bens ao erario, o corpo á penitenciaria. Desfaçar gran cruzes e chumbar grilhetas. Norte e Leste, lamas do Tejo, Banco Lusitano, obras do «stado, etc., etc, todas essas montureiras gangrenadas, —joias d'escandalos, obscenamente fermentando ao ar livre,— queimal-as a calcium, purifical-as a vitriolo. Calcamos infamias, respiramos veneno. Que um ciclone de justiça nos purificasse o ar e desentulhasse as estradas. Caminho livre, atmosfera nova! Quem baldeou o paiz á ruina, á miseria do lar, á indigencia da alma? Idiotas? Aposental-os em onagros. Bandidos? Metel-os na cadeia.

Essa era a obra que o senhor recommendava. A obra que o senhor queria que fizesse o rei D. Carlos. E quando o rei D. Carlos, tarde ou cedo, bem ou mal, a iniciava, os bandidos, *que o senhor queria na cadeia*, matam-no. E o senhor applaude!

O senhor foi sempre um parlapatão ignobil. Um palavroso. Um rhetorico.

O senhor, no meio do seu talento poetico, é um parvo. Quando põe os olhos no céo canta bem, mas não passa *d'um louco a cantar*. Quando os põe na terra, converte-se logo n'um cigano, n'um parlapatão, n'um miseravel.

Por mais que o senhor pretenda, e os bandidos com quem o senhor é solidario, a historia registará que João Franco começou o seu governo com politica liberal e honesta. Por mais que o senhor pretenda, e os bandidos com quem o senhor é solidario, a historia registará que o senhor, e os bandidos com quem o senhor é solidario, empregaram **todos os esforços** para tornar impossivel o governo liberal e honesto que esse homem iniciava. Por mais que o senhor pretenda, e os bandidos com quem o senhor é solidario, a historia registará que João Franco e D. Carlos, ou D. Carlos fosse bom ou D. Carlos fosse mau, ou D. Carlos accordasse arrependido ou quizesse só especular, tiveram o proposito evidente de subjugar as quadrilhas monarchicas. A historia registará que em auxilio das quadrilhas monarchicas, salvando-as, correu a quadrilha republicana. A historia registará que, por peor que fosse D. Carlos, peores eram os bandidos que, para satisfazer os caprichos e ambições reaes, e os proprios caprichos e as proprias ambições, haviam calcado aos pés, cem vezes, a lei, a verdade, a justiça, os principios da *soberania popular*, a dignidade propria e a dignidade nacional. E o senhor, o charlatão que pedia ao rei uma *vassoira e uma carroça*, o especulador que lhe dizia que se elle *varresse*, que se elle *fizesse limpeza geral*, que se elle *pozesse isto decente*, não se importaria de o servir, e o senhor, que queria *os bens ao erario, o corpo á penitenciaria, desfaçar gran-cruzes e chumbar grilhetas,* e o senhor, que anda ahi a falar em corações e a fulminar os odios alheios, é tão baixo, é tão cruel, tão repugnante, tão vil, que depois de se associar á obra dos bandidos, como arruaceiros, para embaraçarem o rei nos

seus intentos, associa-se á obra dos bandidos como assassinos, quando o assassinato era o *unico meio*, baldados todos os outros, aliás já indignos, não de salvar a liberdade, mas os interesses, mas a bolsa dos miseraveis, *só* nos seus interesses, *só* na sua bolsa ameaçados.

Eu, que escrevo estas linhas, tambem teria obtido mercês e favores de D. Carlos, se os quizesse. Não obtive senão aggravos, pela minha attitude intransigente, ainda que correcta. Fui transferido de Lisboa, com a indicação real de não mais poder servir na capital d'este paiz, onde, desde os 15 annos de edade, ininterruptamente tinha vivido. Fui submettido, por expressa determinação do rei, a conselho de guerra em Leixões. Por expressa determinação do rei, ou, pelo menos, com seu consentimento e a seu aprazimento, fui mettido no Castello de S. Jorge, onde estive 37 dias. Por expressa determinação do rei fui reformado em conselho de disciplina. E, comtudo, eu nunca tive odio ao rei. Porque eu nunca tive odio aos meus inimigos quando lealmente de mim se defendiam. Eu só tive odio aos *meus amigos*, áquelles que, pela sua traição, pela sua vileza, pela sua infame covardia, procuraram tantas vezes, não só fechar esta bocca que os offendia com a verdade, não só inutilisar este braço que os incommodava a escrever *sem sujeições*, como reduzir á fome as proprias creanças innocentes cujo unico crime era serem filhas do homem que os prejudicava.

Mas o senhor, Guerra Junqueiro, o senhor, que só devia ao rei, confessa-o, provas de gentileza, senão de sympathia?

Eis o que me levou a fulmina-lo, quando Marques Rosa, enchendo a taça da minha velha indignação, me revelou, Guerra Junqueiro, o seu acto miseravel.

Porque o senhor roubou o rei, por mais que tente livrar-se d'essa accusação tremenda.

De facto, porque é que Guerra Junqueiro só passados **sessenta dias** responde ao artigo do *Povo de Aveiro?*

O primeiro artigo publicado pelo *Povo de Aveiro* sahiu em 6 de fevereiro. A resposta de Guerra Junqueiro sahiu na *Patria*, de 15 de fevereiro. O *Povo de Aveiro* replicou em 20 de fevereiro. E a esse artigo só respondeu agora Guerra Junqueiro, em 23 de abril corrente. Porquê? Para quê? Para obter as *provas* que apresenta? Não. Obtinham-se todas n'uma semana. Elle mesmo, Guerra Junqueiro, o diz: «Demorei-me *ultimamente* oito dias em Lisboa, para proceder a um inquerito methodico e rigoroso, que deixasse a nú, completamente, a veracidade dos factos.»

Oito dias! Ultimamente! As cartas que Guerra Junqueiro publica são todas datadas de 8 de abril!

Mas o que fez Guerra Junqueiro desde 20 de fevereiro até 8 de abril, ou até á semana d'abril em que foi a Lisboa proceder a *um inquerito methodico e rigoroso?* Ou só **50 dias depois** lhe accordaram os escrupulos?

Evidentemente, Guerra Junqueiro procurou outras provas *que não lhe agradaram, que lhe falharam, ou que não encontrou.* E aqui temos nós o cigano ou o criminoso a forjar defesas... á Urbino de Freitas. Como, de resto, todos os criminosos.

Nós sabiamos muito bem que Guerra Junqueiro andava n'essas manobras. Conheciamos-lhe os manejos. Sabiamos-lhe das trapaças. E tanto que em 10 de abril, sob o titulo *Souza Nogueira*, escreviamos:

> Informam-nos de que os *amigos* de Souza Nogueira andam a *procurar elementos* para desmentir o caso do capacete, do tapete, etc, impingidos, n'uma roubalheira infame, ao rei D. Carlos.
>
> Ainda agora?! Tem levado tempo!
>
> Accrescentam que os mariolões escreveram para o Brazil... ao Liborio!
>
> Ao rei D. Carlos para o outro mundo, bandidos! Ao Liborio já o Souza Nogueira tinha escripto. Tinha escripto, não. Foi-o do Porto a Lisboa procurar, com o coração em tic-tac, aos pulinhos!
>
> Ao rei D. Carlos para o outro mundo, bandidos! Escrevam a esse!
>
> Recorrer á auctoridade moral do Liborio! Do Liborio!
>
> Que gandes bandidos!
>
> Calae a bocca, miseraveis! Emmudecei, bandidos! As victimas do Souza Nogueira são immensas. Não foi só o rei D. Carlos que esse cigano *intrujou*. Tem intrujado meio mundo.
>
> Silencio! Ou acabamos de vos desfazer essa carcassa, já mal segura, a pontapés.

Ora Guerra Junqueiro escreveu, realmente, ao Liborio, para o Brazil. Porque não publica elle as respostas do Liborio?

O Liborio não tem auctoridade moral. No emtanto, só elle poderia possuir *provas materiaes* do facto. Porque não obteve Guerra Junqueiro essas provas do Liborio? A demora na resposta de Guerra Junqueiro ao artigo do *Povo de Aveiro*, só se poderia, de qualquer forma explicar, pela circumstancia de Junqueiro ter escripto para o Brazil. E dizemos de qualquer forma porque, mesmo assim, *sessenta dias* era muito. Escreveu Guerra Junqueiro para o Brazil? Não escreveu? Se escreveu, porque não publicou a resposta ou as respostas do Liborio? Se não escreveu, porque esteve sessenta dias sem vir a campo, por um lado, e porque invocou, por outro lado, o testemunho de homens mortos e de homens que não estavam, na occasião, ao serviço do Liborio?

Mysterio dos mysterios!

De todas as cartas publicadas por Guerra Junqueiro, só a carta de Victor Loureiro poderia ter algum valor. *As outras não teem valor nenhum.*

Wenceslau de Barros e Manuel da Encarnação não eram empregados do Liborio, confessa-o o proprio Guerra Junqueiro, ao tempo de se darem os casos de que estamos tratando. Que dizem elles, então?

Que durante o seu tempo, os objectos enviados por Guerra Junqueiro para casa do Liborio eram escripturados em nome de Guerra Junqueiro!

Na verdade, é uma prova esmagadora! E o senhor, Guerra Junqueiro, se não é parvo, faz de parvo, na ancia cigana d'impingir ao publico como verdadeiro o rabo postiço do cavallo.

Pois se o senhor já não queria intrujar o rei D. Carlos, porque não haveriam de ser, então, escripturados os objectos em seu nome?

O senhor só foi Souza Nogueira para intrujar o rei D. Carlos. E' isso o que o senhor agora quer provar? Parece que sim. Mas não é preciso. Estamos de accordo!

«Porque motivo phantastico os objectos vendidos pelo Liborio em janeiro de 98 haviam de ser escripturados com o peseudonymo de Souza Nogueira, se taes objectos na realidade fossem meus? Porque havia de dar-se uma unica excepção durante os seis ou sete annos em que puz á venda objectos d'arte em casa do Liborio? Porque e para que?»

Que candida donzella!

Por dois motivos, Guerra Junqueiro, no mundo dos ciganos Souza Nogueira. Primeiro, para os senhor poder dizer mais tarde, como agora: *eu não roubei o rei D. Carlos*! Não se está vendo como o senhor procura defesas *a tempo e a horas*? Segundo, porque dada a sua fama geral de cigano, e de pavoroso cigano, pôr os objectos á venda em seu nome era dizer ao rei: *Acautela-te, que podes ser intrujado!*

A sua candura, Guerra Junqueiro! A admiravel candura com que pergunta: *Porquê e para quê havia eu de ser n'essa occasião Souza Nogueira?*

Não se rale, que esse facto, aliás *capitalissimo*, do senhor ter sido Souza Nogueira, está provado. Affirmou-o e affirma-o Marques Rosa. E a essa affirmação, que o senhor procura destruir dizendo que tem *má reputação* o Marques Rosa, (1) como se o senhor já nos provasse a boa reputação d'aquelles que traz em seu auxilio, incluindo o Liborio, ainda não oppoz uma *unica prova* ou coisa que de perto ou longe com isso se pareça.

Não se rale, *candida donzella!* Que esse facto está provado!

A carta de Victor Loureiro, essa sim, poderia ter algum valor, *se estivesse provado que o senhor não recebeu outros dinheiros por outros processos ou outra via, se a importancia a que se refere a carta de Loureiro foi a importancia total dos objectos*, ou se Junqueiro a não recebeu a *titulo de adeantamento*.

Está isso provado? Não. Não está provada coisa nenhuma. Antes, o facto de Junqueiro dar *uma importancia extraordinaria* a essa carta, de a julgar *a prova das provas*, de cantar de gallo em cima d'ella, faz desconfiar de grande maroteira. E' sabido que os ciganos mentem tanto mais quanto mais valor pretendem dar aos argumentos.

Eu não sou homem de bric-à-brac, nem entrei, jámais, n'esses negocios. Mas dizem-me que é costume os Liborios adeantarem sobre os objectos que lhes são entregues á commissão a importancia que, *sem risco*, lhes pode sahir do bolso, descontando-a, depois, na liquidação final. Foi isso o que succedeu com Guerra Junqueiro, a proposito dos objectos de que se trata? Não foi? Não sabemos. Victor Loureiro morreu. Ninguem sabe! Não o podemos affirmar. Guerra Junqueiro affirma o contrario. Mas Guerra Junqueiro é réo. Não tem auctoridade para se fazer acreditar. Tanto mais que tudo se junta para indicar a sua má fé e a sua grande maroteira.

Assim, o patife não cessa de *accumular provas sobre provas* para demonstrar que os objectos impingidos a D. Carlos não valiam a decima parte da quantia que por elles deu o rei. Foi ter com o Leal, com o seu amigo Leal, com o sr. Luiz M. da Costa, e até escreveu para Paris a um senhor Bacris, celebre antiquario, parece, e ao sr. Schutz, *presidente da sociedade dos antiquarios e um dos maiores antiquarios da Europa.*

Mas para que foi isso tudo, homem de Deus? Para que foi tão longe, se nos tinha aqui, a nós, ao pé da porta? Para que se incommodou a escrever a essa gente, se nos podia escrever a nós?

Ainda ahi estariamos d'accordo comsigo, Guerra Junqueiro. De plenissimo accordo. Pois nós não lhe dissémos, já, que o capacete ficou convertido em penico e o tapete em capacho dos pedreiros que trabalhavam nas obras das Necessidades?

Mas aqui d'el-rei que el-rei não seria tão tolo que desse por aquelles objectos o dinheirão que affirmámos. Ah, desgraçado, que eis agora ahi a necessidade de... resuscitar D. Carlos! O que disse o senhor ao hespanhol? Ou o que traduziu o hespanhol do portuguez, se foi traducção, que eu não sei, nem importa nada para o caso?

Lamento con los ojos enjutos, la ejecution del monarca. Pero si tuviese el don de resuscitarlo, no levantaria la lápide de su sepultura.

Ai não? Pois então aguente-se. Só D. Carlos poderia, agora, *passar-lhe attestado de bom comportamento.* Não quer levantar-lhe *la lápide de su sepultura?* Pois então aguente-se.

Mas deixe estar, que ainda o havemos de ver a berrar, a um buraco, pedindo a D. Carlos que lhe acuda!

Isto é que é um patife!

No *Salão de Vendas*, jornal do Liborio (2), de 11 de fevereiro de 1898, lia-se:

> Por varias vezes teem os Augustos Soberanos, durante as ultimas semanas, honrado as salas da Empreza Liquidadora, visitas estas que a imprensa diaria opportunamente registou, noticiando mesmo a acquisição d'alguns objectos d'arte e antiguidades por parte de Sua Magestade El-Rei e de Sua Augusta Esposa.
>
> Constam estes objectos, dos quaes adeante publicamos as photogravuras acompanhadas da respectiva discripção, **de verdadeiras preciosidades archeologicas d'um alto valor historico e estimativo, e alguns mesmo, como o capacete arabe, exemplares desconhecidos até mesmo nos museus.**
>
> Congratulando-se, portanto, pela honra da regia visita, a Empreza Liquidadora não se congratula menos pelo facto de terem sido adquiridas pelos soberanos, conservando-se assim no paiz, **peças de tão alto valor e que lastima seria sahissem d'elle.** Tanto mais que para este resultado tem a vangloria de ter concorrido quanto n'ella coube, **desprezando offertas importantes que lhe foram dirigidas por parte d'extrangeiros.**
>
> Tanto a collecção d'armaria como a de bahús e cofres gothicos, adquirida integra a primeira, por El-Rei, e d'estes comprados grande parte por Sua Magestade a Rainha—**são unicas não só no paiz como em toda a Peninsula hispanica, abonando assim a compra não só o subido criterio artistico como os conhecimentos especiaes, bom gosto e patriotismo dos régios compradores.**
>
> Pelas gravuras que adeante inserimos e para as quaes chamamos a attenção dos nossos leitores, poderão as pessoas que não tiveram ensejo de concorrer á exposição avaliar do valor dos objectos adquiridos por Suas Magestades.

Reparem os leitores no normando e attendam na tremenda patifaria.

Pelo seu lado o *Diario de Noticias*, a pedido do Liberio, é evidente, dizia, em 3 de janeiro de 1898:

> Tem sido concorridissima a romaria aos Salões da Empreza Liquidadora na Avenida da Liberdade n.os 28 a 40, para admirar a magnifica collecção de objectos antigos, alguns de alto valor historico, ali em exposição.
>
> Entre a preciosa collecção destacaremos um capacete arabe em ferro lavrado com incrustações de ouro e legenda perfeitamente comprehensivel, **exemplar unico e precioso** (attendam, que é o penico!) **ao ponto de não figurar nos catalogos d'armaria nem constar haver igual** (attendam, attendam, que é o penico!) **nos museus nacionaes e extrangeiros.**
>
> Teve já a offerta de um conto de reis, por parte de extrangeiros, ao que nos consta.
>
> Alem d'esta magnifica peça vimos uma arma de fogo italiana do seculo XVI marchetada de marfim em magnifico estado de conservação e exemplar originalissimo; meia armadura de ferro portugueza que fez parte da collecção do infante D. Sebastião; uma espada de sisella D. João IV gravada em ferro, etc., etc.
>
> Ainda nas sallas do importante estabelecimento se acha exposto **um primoroso tapete persa** (agora é o capacho) **muito antigo e offerecendo a raridade de ser branco e preto cores estas de que existem muito poucos exemplares.**

E em 9 de janeiro:

> Faram adquiridas por el-rei as antigas e preciosas armas que ha dias aqui referimos acharem-se em exposição na Empreza Liquidadora na Avenida da Liberdade 28 a 40.
>
> Visitando hontem mais uma vez este magnifico estabelecimento, o monarcha, alem da collecção d'armas a que acima nos referimos e que só são remettidas para a armaria real na segunda feira ficando ainda hoje ali expostas, adquiriu ainda muitos outros objectos, entre os quaes um originalissimo tapete persa a que tambem alludimos ha dias.

(1) Temos em nosso poder attestados honrosissimos para o sr. Marques Rosa, passados pelos donos dos estabelecimentos em que serviu, com as assignaturas devidamente reconhecidas.

(2) Abaixo do titulo, lê-se:

Boletim da Empreza Liquidadora

Proprietario-gerente — *José dos Santos Liborio.*

Avenida da Liberdade, 28 a 40

Numero 14. Lisboa, 11 de fevereiro de 1898 (2.a serie).

E' claro que só temos que nos congratular por ficarem no paiz tantas preciosidades, serviço este que, justo é dizer-se, se deve em grande parte ao gerente da Empreza Liquidadora, o nosso amigo José dos Santos Liborio, pois tendo para ellas importantes offertas extrangeiras todas recusou no patrioco intuito de promover que ficassem como ficam no paiz.

Digam se já os viram mais patifes!

Como se vê, o *Diario de Noticias* exalta o **primoroso tapete persa muito antigo e offerecendo a raridade de ser branco e preto, cores estas de que existem muito poucos exemplares.**

Como se vê, o *Diario de Noticias* annuncia que o rei adquiriu o **originalissimo tapete persa**, a que já se tinha alludido. O tal *primoroso!* O tal *raro*! O tal de que havia *muito poucos exemplares!*

Pois entre as cartas publicadas por Guerra Junqueiro em seu favor vem uma d'um Liborio, tenente general da republica portugueza, que dá pelo nome de Alfredo Leal. E querem ver o que diz este Leal Liborio?

> *Em resposta á pergunta que me faz sobre a cotação que teriam os tapetes persas nos annos de 97 e 98, responder-lhe-hei como qualquer outro negociante de bric-á brac responderia: Quasi passavam despercebidos em Portugal.*
>
> *Vinha o estrangeiro aqui procurar porcellanas, faianças, esmaltes, joias, colchas, velludos, etc., mas pelos tapetes persas desinteressavam-se completamente. E quer o amigo ver como é assim?*
>
> *Em janeiro de 98 fizemos nos nossos armazens uma grande exposição retrospectiva d'arte, concorrendo a ella com interessantes exemplares varios colleccionadores e antiquarios. Expoz o conhecido commerciante Luiz Maria da Costa, uns nove ou dez tapetes dos seculos XVI e XVII—o maior teria 2m,50× 1m,060—, um tanto imperfeito é certo, mas que hoje teriam uma venda certa e immediata pelo preço de 130$000 rs. cada.*
>
> *Tão pouco em consideração foram tidos esses especimens orientaes, que apesar de bem réclamados e marcados para a venda por 20 a 40$000 réis o maximo, não consegui collocar um só, retirando-os o expositor ao cabo de quatro mezes e libertando-se mais tarde d'elles por quantias ridiculas.*
>
> *Mas ha mais, meu amigo! esse trecho da exposição foi recebido com escandalosa troça e a ponto que o tive de transferir para uma das salas mais escusas da nossa installação!*
>
> *Nesse mesmo anno foram-me enviados mais dois tapetes. de boa epocha (seculo XVI) bellamente conservados, de qualidade finissima, regulando as suas dimensões por 2m,30, pouco mais ou menos. A custo venderam-se a Mad. Louise, ao tempo representante em Lisboa da casa Benguiat, por 90$000 réis cada, ou sejam 180$000 réis, quando hoje obteriam facilmente 2 contos de réis!*

Donde se conclue que se o Guerra Junqueiro não roubou o rei, pelo menos roubou o Liborio! Que grande quadrilha! Que bello marmeleiro não reclamava o lombo d'estes patifes!

Os tapetes persas que o Junqueiro vendeu ao Liborio tinham defeitos. Não obstante, vendeu-os a 100:0000 reis! O Liborio Leal nem a dez mil reis conseguiu vender outros semelhantes. Desfez-se d'elles o dono por quantias *ridiculas*. Doze vintens, é claro!

Não ha duvida. Se o Junqueiro não roubou o rei, pelo menos roubou o Liborio. Que grande sucia de patifes! E falam do Serpa Pimentel, estes malandros!

Para intrujarem o rei, engrandeceram-lhe o valor dos objectos d'uma maneira infinita. Para intrujarem o rei, exaltavam-lhe o seu **criterio artistico, os conhecimentos especiaes, o bom gosto, o patriotismo!** E não era só o rei um patriota! Tambem o era o Guerra Junqueiro, que em vez de ir vender as suas *preciosidades* ao extrangeiro, as foi vender, por *dez reis de mel coado*... ao Liborio! Tambem o era o Liborio, que **rejeitava offertas importantes d'extrangeiros** só para tudo aquillo ficar... no paiz! Que abnegação! Que patriotismo!

Mas resulta consignado que o capacete, o tal *unico*, tão unico que até era *desconhecido nos museus*, só veio a servir de *penico* aos pedreiros e serventes das Necessidades? Mas resulta averiguado que o tapete, o *primoroso tapete persa muito antigo* e offerecendo a raridade de ser branco e preto, *cores estas de que existiam muito poucos exemplares*, só veio a servir de capacho aos mesmos cidadãos democratas da alvenaria?

Aqui d'el-rei, que el-rei não podia comprar taes objectos por taes preços! Não o valiam! E, para prova, até se vão buscar os extrangeiros! Provavelmente os mesmos que, na occasião, faziam *offertas importantes*, que elles, os Liborios, não acceitaram por... patriotismo!

E falam do Serpa Pimentel, os malandros! Que quadrilha!

Mas ó Souza Nogueira, ó patife, então era para o rei os comprar por um vintem de pinhões que lhe exaltavam as *preciosidades artisticas* pela maneira que fica vista?

— *Então que não fosse tolo*!

Não foi tolo, bilontras. Tomou por lealdade, simplesmente, a vossa velhacaria. Se eu for a uma loja, tiver confiança no vendedor, e este me disser: *Olhe que esta lã é magnifica!* eu compro, sem me dar ao trabalho de analysar. E só mais tarde, em casa, poderei, *quando calhar*, passados muitos dias, talvez, reparar que a minha confiança foi illudida e que o patife me vendeu algodão reles por lã magnifica!

Que tratantes! Ainda o culpado foi o rei... porque foi tolo!

— Então, se houve intrujice, o intrujão foi o Liborio, clama ainda Guerra Junqueiro, encerrando-se no ultimo reducto. Eu não dei os objectos á commissão, eu vendi! Eu não li o *Salão de Vendas!* Eu não li o *Diario de Noticias!*

A pombinha sem fel! O innocentinho!

Elle não deu os objectos á commissão e desunha-se a querer demonstrar que os objectos nada valiam! Até escreveu para França, para demonstrar que os objectos nada valiam! Mas se os não deu á commissão, que lhe importa se elles valiam ou não valiam? Que lhe importa se o rei deu por elles muito ou pouco dinheiro?

Elle não leu o *Salão de Vendas*! Elle não leu o *Diario de Noticias*! Elle não leu nada! Elle não soube de nada! O cigano! Elle, o cigano, nem sequer soube, senão mais tarde, que o rei tinha comprado objectos que... haviam sido d'elle!

Elle, o cigano, nem então, nem mais tarde, teve, ao menos, a curiosidade de querer saber *quanto teria dado o rei por as suas*... **preciosidades artisticas!** O anjo bento!

Do rei é permittido conjecturar tudo! O rei sabia que o Hinton era um patife! O rei sabia que o Serpa Pimentel fazia, á sombra da coroa, *chantage* indecentissima! Mas dos *cidadãos* republicanos... que não se suspeite coisa nenhuma! Sagrados! Intangiveis!

O rei é o culpado do Serpa Pimentel ter feito *chantage*. O rei é o culpado do Hinton ter feito o seu negocio. E o rei é o culpado de ter sido intrujado... pelo Souza Nogueira e o Liborio!

Cem vezes o tenho dicto e mais uma vez o repito: a minha maior pena é não ter a força de Hercules ou Sansão e de não ser invulneravel como Achilles. Que eu, então, não os desancava só com a penna. A' bofetada, desfazia-os.

E fiquemos hoje, que isto já vae longo, por aqui.

Por se ter atrazado a impressão do volume sobre a revolta do Porto que temos annunciado, continua aberta a inscripção dos assignantes que o pretenderem.

Preço da assignatura; 700 réis, franco de porte.

Ladrão!

Discute-se se Affonso Costa recebeu, ou não recebeu, as cartas pelo processo que elle diz. Pois está claro que não! Affonso Costa soube, por inconfidencia de qualquer creado, de qualquer continuo, d'alguem, que aquellas cartas existiam. E foi elle quem incitou o continuo, o creado ou alguem a roubar os documentos. Incitou e pagou. Elle foi o verdadeiro ladrão das cartas. O que não deve custar a acreditar desde que toda a gente sabe que Affonso Costa é ladrão nato.

Fernando de Serpa é criminoso. Mas não ha duvida nenhuma que acima de tudo é tolo. Se o não fosse, roubava como rouba Affonso Costa. Não era honesto? Tinha sede de dinheiro? Pois então roubava como rouba Affonso Costa.

Porque a moral de tudo isto é esta: Tão falho de dignidade é Affonso Costa como Fernando Serpa. Para ambos elles, isto de principios e de patriotismo é uma cantata. Para ambos elles, só ha uma coisa real, positiva, digna de ser desejada e amada: o dinheiro. O que os destingue, então? Affonso Costa é mais esperto, e, por isso mesmo, é mais ladrão. E ainda mais ladrão, porque Serpa é ladrão occasional e Affonso Costa é ladrão nato. Serpa deixou-se ir n'esta corrente de pulhismo que domina toda a sociedade portugueza. N'um meio honesto, seria honesto. Não tem um caracter forte. E' d'aquellas creaturas que são boas, se o meio é bom, e más se o meio é mau.

Mas Affonso Costa, esse não. Esse é canalha. Esse é vil. Esse é criminoso nato. Não é um criminoso occasional. E' um criminoso nato. Seria canalha e ladrão em todos os meios e em todas as circumstancias. Na apparencia, tão pouco digno como Fernando Serpa. No fundo, muitissimo peor.

Fernando de Serpa, afinal, não apanhou vintem, ou pouco apanhou. E' tolo! Affonso Costa tem roubado rios de dinheiro. E' esperto! Fernando de Serpa, muito menos criminoso que Affonso Costa, está perdido para o conceito publico. Affonso Costa, ladrão e bandido de primeira ordem, é marechal glorioso do partido... que ha de redimir a nossa patria!

Que pulhas! Que pulhas!

Dá vontade de dizer, como Bocage:

Isto de honra e virgo tudo é peta!

HINTON

LISBOA — 27 — IV — 910.

. . *Sr.*

Vi com muito prazer publicado no seu muito apreciado jornal de domingo, 24, a minha carta que lhe havia escripto do Porto em 20 do corrente, relativa á *questão assucareira* da ilha da Madeira, ou questão Hinton.

Peço licença para me occupar ainda d'esta questão e, antes de mais nada, convem explicar a V. que quando eu dizia na referida minha carta a V. que escrevesse alguma coisa sobre tal questão e a tratasse de um *modo agradavel* á grande maioria dos agricultores da canna saccharina, não pretendia que V. poupasse os prevaricadores, se os ha, nem tão pouco que tratasse sómente de ser amavel para com os seus leitores da ilha, armando, deixe-me V. dizer assim, aos lucros da venda do jornal. Não, não era nada d'isto. Tratar da questão de *um modo agradavel* é a meu ver defender os direitos dos agricultores da ilha, isto é, contribuir para resolver uma questão puramente agricola por modo tal que a economia dos proprietarios agricultores não seja ferida de morte com o adiamento da questão á espera que o inquerito se faça, nem tão pouco que sobre os agricultores recáiam os desastrosos effeitos das leviandades (se as houver) dos diversos homens publicos que fizeram concessões á industria saccharina. Defender os interesses agricolas, a vida da ilha, não é bem defender os interesses dos industriaes assucareiros. Ha muitos annos que a ilha da Madeira, desprotegida e quasi abandonada a si mesma, vem soffrendo diversas e temerosas crises agricolo-economicas, já pela sofisticação e depreciação dos seus famosos vinhos, tal qual como no Douro, já pelos desastres da cultura da canna saccharina. Ultimamente, ha annos, conseguiu-se adaptar ao terreno e clima da ilha uma certa especie de canna saccharina bastante resistente, capaz de remunerar os sacrificios da sua cultura n'uma terra onde o agricultor tem de comprar caro a agua de rega e os adubos indispensaveis a tal cultura—desde que o Estado lhe dispensa uma certa protecção. Está claro que, sendo tal cultura artificial, o Estado querendo e devendo dar vida áquella ilha, tem de se obrigar a proteger os seus productos naturaes: vinho e assucar. O mesmo se pratica e menos justamente com as industrias nacionaes, o mesmo se dá com a cultura do trigo nacional, com os vinhos de regiões privilegiadas, Douro, Collares, etc. E' justo, porque aquelle pedaço de terra portugueza não ha-de viver na miseria, como actualmente vive Porto-Santo, ali ao pé, de que ninguem faz caso, que até não tem agua para as necessidades agricolas, quasi nem para beber.

Ora, sendo cara a cultura da canna sacharina na ilha da Madeira pelo seu dispendio enorme em agua, adubos e grangeios, claro está que tambem caro será o assucar produzido, que não poderá concorrer nos mercados com os assucares de outras proveniencias. Por isso e muito justamente se concederam favores especiaes aos fabricantes de assucar, permittindo-lhes que tal assucar em determinada quantidade venha para a metropole com um bonus especial ou mesmo com isenção completa de direitos. N'este caso o Estado deixa de receber os direitos do assucar entrado, é certo, maz o paiz deixa de mandar para outro paiz o ouro que lá fóra custaria tal assucar, e alem d'isto o Estado achará na ilha em logar de terrenos incultos magnifico rendimento collectavel. Tudo tem, pois, a sua compensação. Se o assucar de Moçambique paga apenas 50 °/o de direitos de entrada no continente é porque se deseja tambem favorecer e fazer prosperar tal cultura n'aquella nossa colonia de Africa; mas ahi a cultura é facil, não é artificial, ahi o terreno e os adubos e a agua são muito baratos, é só fazer as plantações e os grangeios e a administração; tudo é muito differente da ilha da Madeira.

Portanto não admira que os industriaes assucareiros da Madeira necessitem de favor especial para o seu assucar e tambem para o alcool que correlativamente teem de fabricar para aproveitar os desperdicios da canna saccharina. Este alcool é destinado aos exportadores e tratadores dos famosos vinhos da Madeira. E como se pretendeu com as leis vinicolas decretadas ha dois annos para cá pôr ao abrigo das sofisticações e falsificações os vinhos da Madeira, introduziram-se talvez irreflectidamente nos regulamentos vinicolas certas disposições relativas á fabricação do alcool na ilha que foram affectar os interesses anteriormente creados dos fabricantes de assucar e do alcool.

D'ahi resultou a questão actual, fundada justamente n'um parecer da Procuradoria Geral da Coroa favoravel aos industriaes assucareiros. O principal affectado era Hinton, porque tambem era a sua grande fabrica a unica que tomava o encargo de toda a laboração em virtude da insufficiencia de installações das outras.

Veja-se o que a respeito d'esta industria e da grande fabrica do Torrão e do seu dono e da cultura da canna muito justamente diz a *Illustração Portugueza* no seu numero de 18 de junho de 1906.

Felizmente que a estas horas toda a ilha da Madeira deve estar contentissima com a solução, ainda que provisoria, que o governo acaba de dar á questão suspendendo a execução dos artigos 44.º e 47.º, do regulamento de 11 de março de 1909. Era o que se devia ter feito desde logo, evitando-se os grandes prejuisos que já se tem dado na Madeira e evitando toda essa grande tratantada que os *grandes... patriotas* do nosso triste parlamento fizeram, dando um vergonhoso escandalo ao mundo e mostrando a sua má vontade nos progressos d'esta infeliz terra portugueza.

Muito e muito ha que dizer da nossa formosa e rica ilha da Madeira principalmente no desleixo criminoso com que é tratada pelos nossos governos; ninguem se interessa por ella senão para lhe tirar a pelle e para fazer carrapatas, mas isso seria uma tarefa para longos artigos e esta, mesmo ao correr da penna, já vae demasiado grande.

Desculpe-me V. o tempo que lhe tomo e disponha sempre do que é com toda a consideração

De V. etc.

X.

Conhece a questão, ao que se vê. Pois se a quizer tratar, tem o *Povo de Aveiro* ás suas ordens.

—†—

. . . *Sr. redactor.*

Sendo V. constantemente importunado para a publicação de cartas e outros escriptos extranhos a essa redacção, receio que a superabundancia de taes escriptos leve V. a atirar com estes linguados para o fundo do cesto dos papeis inuteis.

Não obstante isso e a intima consciencia que tenho do nenhum valor d'esta carta, não posso resistir ao desejo de referir-me a dois assumptos que V. ha pouco abordou no seu intemerato jornal.

Primeiramente me quero referir á celebração do centenario Herculano. Diz V. que o clero *deu raia* e eu, apesar de padre, tambem digo e repito que os meus collegas no sacerdocio deram raia e raia solemne. Alem das razões que V. apresentou e dos *argumentos de ordem especulativa* que se podem adduzir, convem, para completo esclarecimento do assumpto, lembrar alguns factos, que constituirão *argumentos de ordem pratica* e que, no caso presente, valem tanto como os primeiros.

1.º—Herculano morreu no seio da egreja, recebendo os sacramentos, o que implica uma retratação, embora não publica e solemne, das suas affirmações acatholicas.

2.º—Os prelados nunca se oppozeram a que no seio dos templos se prestassem as mais rendidas homenagens ao notavel historiador, permittindo até que por meio de verdadeiros panegyricos se enaltecessem as suas distinctissimas qualidades e elevadissimos dotes de espirito.

3.º—Permittiu-se, sem protesto da auctoridade ecclesiastica, que as suas cinzas fossem repousar n'um templo catholico e occupassem uma capella, que quasi lhe está consagrada inteiramente.

Diremos para concluir que *poderão* os catholicos associar-se ás festas do centenario, bastando que accentuassem a circumstancia de que as suas homenagens só eram prestadas ao grande portuguez e ao grande litterato, excepção feita de alguns principios religiosos que elle professou.

E não só podiam mas *deviam* os mesmos catholicos associar-se a essas festas, para tirar-lhes a feição *liberalesca* e jacobina que alguns quizeram dar-lhes, e tambem ainda para desvanecer a impressão de intolerancia com que seria apodada a attitude de uma parte do clero portuguez.

* * *

O outro assumpto é a questão Hinton, que aqui se conhece bem e em todos os seus debates. O Hinton não é um bandido, e dos estrangeiros que teem explorado na Madeira diversos ramos de negocio é dos mais sympathicos e dos menos gananciosos. Emquanto alguns se tornaram millionarios, Hinton tudo tem enterrado na sua fabrica de assucar e alcool, a primeira do mundo no tocante aos mais completos aperfeiçoamentos, que valo alguns centos de contos de reis. E' toda a sua riqueza, bastando uma doença nos cannaviaes, como já tem acontecido varias vezes, para a fazer desapparecer de todo.

Para proteger a industria da cultura da canna do assucar madeirense, fizeram os governos varias concessões a Hinton, obrigando-se elle á compra de toda a canna produzida n'esta ilha, concessões que não levantaram protestos e que eram origem de incalculaveis bens para a economia d'este districto. O decreto de setembro de 1903 foi o ultimo diploma que regulou essas concessões, que se estendiam até 1918. A' sombra d'essas concessões e contando com a exploração do seu ramo de negocio até ao indicado anno de 1918 fez Hinton na sua fabrica, nos ultimos dois annos, os mais notaveis melhoramentos, em que despendeu cento e tantos contos de reis.

Aconteceu, porem, que em março de 1909 publicou o governo o regulamento dos vinhos da Madeira, afim de proteger a cultura das vinhas e assegurar a genuidade do producto d'ellas—o conhecido e rico vinho Madeira. Ora este regulamento, que tem coisas excellentes, mas que encerra tambem disposições disparatadas, briga e collide com a concessão feita ao industrial Hinton, por meio do decreto de setembro de 1903, annulando-lhe quasi por completo o exercicio da sua industria. Coisas do nosso paiz e dos nossos governos, fazendo-se dois diplomas governamentaes que estão em diametral opposição!

Hinton apresentou logo a sua reclamação, e fazendo os mais instantes esforços junto do governo para uma solução amigavel do intrincado negocio. Nada conseguiu. Furioso e desalentado, recorreu, nada mais e nada menos, do que á Procuradoria Geral da Coroa. Esta estudou o caso e achou carradas de razão ao inglez, e aconselhou o governo a entrar n'esse regimen conciliatorio. Nada conseguiu ainda.

Depois fez Hinton o que faz todo o bom inglez, e allemão ou qualquer outro cidadão que tenha a seu lado um governo forte e que costume dispensar protecção aos seus subditos: recorreu ao seu governo e pediu uma indemnisação, sem duvida exagerada, mas em todo o caso fundada no direito.

O governo actual para ver-se livre da carrapata da exigencia do governo inglez e acudir aos clamores que d'esta ilha se faziam e fazem ainda, por causa d'essa gravissima questão, apresentou ao parlamento a proposta em discussão, que tem defeitos, mas que não representa, como se diz, um grande favoritismo ao Hinton e nem ainda traz comsigo a ruina da cultura da canna de assucar. A verdade é que os grandes proprietarios e agricultores da Madeira desejam a approvação d'essa proposta, embora lhe reconheçam defeitos e inconvenientes.

Mas que faz a opposição parlamentar? Aponta sequer esses defeitos e inconvenientes? Não, porque os desconhece. Essa discussão prova a mais crassa ignorancia sobre o assumpto. Só palavrorio onde se não descobre o vislumbre de uma ideia.

Tudo se resume n'uma coisa sabidissima e que V já accentuou: deitar o governo a terra. Nada os preoccupa os interesses do paiz:

E a Madeira entrou n'um periodo desesperado. Em breve temos a fome, o desespero e a revolta Tudo leva a crer que assim acontecerá.

Eis resumidamente os mais importantes topicos do momentoso assumpto.

Madeira, 20 — abril — 910.

Z.

Um escandalo do sr. Ministro da Justiça

Sr. Director do *Povo de Aveiro*

Já me não admira que o regimen esteja desacreditado. Pois quer saber que fui um dos oppositores á egreja de Tortozendo, concelho da Covilhã? E quer saber como procedeu o sr. Ministro da Justiça? Foi praticando uma illegalidade, foi violando manifestamente a lei. E' mais um escandalo que o *Povo de Aveiro* deve registar. Mas vamos ao caso.

O decreto de 2 de janeiro de 1862, art.º

15, entre os oppositores de 1.a classe colloca os parochos collados com formatura em Direito ou Theologia, em primeiro logar. E a Carta de Lei de 11 de agosto de 1862, arts. 8 e 9 dá a preferencia nos concursos ás egrejas parochiaes aos que forem graduados n'estas faculdades pela Universidade de Coimbra. Mas o sr. Ministro da Justiça não o fez; fez o contrario. Para a egreja do Tortozendo levou em 20 de abril á assignatura regia o despacho apresentando um opposito com o simples curso de sciencias ecclesiasticas do seminario, e preterindo um parocho collado com formatura em Direito pela Universidade de Coimbra. E esse parocho era o signatario d'estas linhas. Foi assim como o sr. Ministro da Justiça cumpriu a lei, violando-a.

Ora isto é escandaloso, isto revolta.

E' uma pérola engastada no diadema do nobre e preclaro ministro, que rasgou a lei ou porque a ignora, ou porque procedeu de má fé.

Veja, sr. director do *Povo de Aveiro*, como tudo isto está podre d'alto abaixo.

LUIZ AUGUSTO DE LIMA.

De Nenhures

29 d'Abril.

A minha madama torna a escrever-me. E é justo confessar-se que d'esta vez escreve em termos mais sensatos.

Agita a questão do amor livre e agita a questão do divorcio. Quer ouvir-me. E diz que aprecia muito a minha opinião.

Obrigado. Mas sabe o que é pena? E' que leia o *Povo de Aveiro* ha pouco tempo, como diz. Se o lesse ha mais tempo, já saberia, como escrevi no domingo, a minha opinião sobre o assumpto.

Olhe, madama, quer que lhe diga? Mal de quem tem macaquinhos no sotão!

Acontece com as doenças da alma o que acontece com as doenças do corpo. Quem é são do corpo, está sempre bem. Quem é doente, está sempre mal. Quer ver que a madama nunca tinha feito a si propria esta reflexão? Pois é tão elementar!...

Uma pessoa sã está sempre bem. Nunca pensa no medico, nem em remedios, porque nunca pensa na doença. Uma pessoa doente anda sempre a correr para casa do medico, sempre a mudar de remedios, sempre á cata de novos remedios e... sempre na mesma, ou de mal a peor.

De vez em quando apparece uma *invenção*. Por exemplo, applicações d'agua fria. Remedio para tudo! Por exemplo, alimentação vegetal. Remedio para tudo! Eu lembro-me muito bem d'uma furia d'agua fria que veio ha duas duzias d'annos. Toda a gente patinhou e metteu o focinho na agua. E não houve um só dos que patinharam e metteram o focinho na agua que não proclamasse, aos quatro ventos, o uso da agua fria como remedio salvador!

E com os vegetaes? Eu julgo que houve creatura que, na subita convicção de que a cura de todas as doenças estava em comer vegetaes, se deitou com as quatro patas, como os burros, pelo campo, a pastar. Ao mesmo tempo que a gente sã ria, ria, de vêr todas essas manias, todo esse ridiculo, a bandeiras despregadas.

Pois o que succede com as doenças do physico, succede precisamente, madama, com as doenças moraes.

Uma mulher é sã do espirito? Está sempre bem. E' doente do espirito? Está sempre mal. Mas não se resigna com o mal. E como se ha de resignar se o mal a torna inquieta, nervosa, irritavel? Não está bem aqui, nem está bem acolá. Só está bem onde não está! Ouviu? Só está bem onde não está!

Porque foi que o outro se deitou a pastar?

Porque foi que o outro, a proposito e a despproposito, mergulhou e tornou a mergulhar em agua fria? Porque acreditou estupidamente que a agua fria era remedio para tudo, como o uso dos vegetaes? Estupidamente, sim. Que diabo! Sem a loucura do soffrimento, porque a verdade é que o soffrimento tira o poder frio e sereno de raciocinar, e sem a ancia, cega tambem, de se curar, facilmente reconheceria que o uso *absoluto* da agua fria necessariamente daria um disparate. Facilmente reconheceria que o uso exclusivo dos vegetaes não poderia ser remedio para tudo.

Mas porque foi isso? Porque se pôz o infeliz a pastar como os burros e a mergulhar em agua fria como os patos? Porque se sentia mal. E porque queria, a todo o transe, sentir-se bem.

Pois, madama, o que succede com o physico, succede, repito-lh'o, com o moral.

A madama casou e deu-se mal com o casamento. Aqui de Deus que é porque casou! Se em logar de ter casado se tivesse *amancebado*, a vida seria um paraiso terreal!

E a madama acreditou. Oh, se acreditou!

Ai, madama, que bella doença... se fosse tão facil de curar!

Metter-se uma pessoa em agua fria custa pouco. Tambem é remedio facil. Ainda assim custa mais, principalmente d'inverno... brrr... que uma pessoa *amancebar-se*. Desculpe o termo. Não é termo da moda, bem sei. Envolve estigma. E o termo *amor livre* envolve... ideal. Mas no fundo é a mesma coisa. Precisamente a mesma coisa. E eu não estou agora aqui a estigmatisar. Estou simplesmente a philosophar. Queira, pois, desculpar.

Ora, madama, o casamento tem, pelo menos, o valor do presunto com ovos ou do paio com favas. E o paio com favas e o presunto com ovos já não estarão na moda. Ou poderão passar de moda. Mas bom é. Quem é são... nunca achou mau.

Eu nunca gostei muito de presunto com ovos. Mas digo-lhe que dei o cavaquinho por paio com favas. E hoje não posso comer. Nem cheirar! Mas que culpa tem d'isso o paio com favas?

Eu bem sei que a madama, creatura ideal, ouve isto com enfado. Olha agora paio com favas! E' d'um plebeismo brutal. Mas olhe, tambem não posso comer pasteis, por mais finos que elles sejam! Nem picados! Nem comer lagosta ou qualquer bicho d'esse genero! Nem beber vinho do Porto! Faz-me mal a lagosta e o vinho do Porto! E segue-se d'ahi que sejam coisas detestaveis?

Eu vejo da minha janella, todos os dias, uma moça de lavoira, minha visinha, que é uma mulher admiravel. Que bella moçoila! Que lindas fórmas! Come toucinho, broa e favas. Quando não são favas, são couves ou grelos. E' casada. E nunca disse mal, nem do toucinho nem do casamento. Pois se ella é sã do corpo e sã do espirito, como lhe havia de fazer mal o toucinho e o casamento? Vá-lhe lá dizer mal do toucinho. Ri-se de si, madama! E vá-lhe lá dizer que, para ser feliz, troque o casamento pelo *amor livre*. Minha madama, corre-a a pau!

Isso do *amor livre*, minha madama, já é obra de estomago ou paladar estragado. Creia isto. A madama procurou o mal nas formulas, quando o mal está na essencia. Procurou-o fóra de si, quando elle está dentro de si.

Olhe que isto da gente saber a *origem do mal*, ou o que lhe faz mal, é das coisas mais difficeis que ha. Parece-lhe facil? Pois é das coisas mais difficeis que ha. Aqui estou eu que nunca sei, ao certo, o que me faz mal. Isto é, eu sei, sim, que certas coisas me fazem *sempre* mal. Mas ainda hoje, com toda a minha observação, a minha experiencia, a minha edade, não sei se algumas coisas me fazem bem, ou me fazem mal. A madama já percebeu que não tenho uma saude por ahi alem. E que, entre outros achaques, soffro do estomago. Pois acabo de jantar, ás vezes, d'ahi a pouco, sinto-me mal e, francamente, *eu não sei o que me fez mal*. E a mim proprio, cem vezes, tenho perguntado: mas o que seria que me fez mal?

Isso *d'amor livre*, minha madama, já não é, creia-o, senão guisado de paladar estragado.

Se a minha madama tivesse o bello estomago que tem alli a moça da lavoira, tanto lhe fazia comer toucinho, como paio com favas, como borracho com ervilhas, como o mais fino manjar. Tudo lhe sabia bem e nada lhe fazia mal. Da mesma forma, se tivesse nascido sem hysterismo, sem os nervos escangalhados, com um bello cerebro ponderado, com o juizo no seu logar, dava-se admiravelmente com um homem, sendo elle, tambem, honesto e são, ou fosse casada, ou fosse amancebada. Intrinsicamente, a formula nada importava.

Porque se deu a minha madama mal com o casamento? Porque, moralmente, não era sã. Ou porque, moralmente, não era são o homem com quem se ligou. Mais nada. Olhe que não foi mais nada. Mesmo que physicamente não fosse muito sã, mesmo que physicamente não fosse muito são o homem a quem se ligou, davam-se bem, se tivessem saude de espirito, independente da saude do corpo. A madama podia ser um pouco exquisita, um pouco impertinente, que o marido, um homem moralmente são, tudo isso desculpava e supportava em attenção, madama, ás suas bellas qualidades moraes. E o marido podia rer colerico, assomadiço, impertinente tambem, que a madama, moralmente sã, da mesma forma, em attenção ás suas bellas qualidades, lhe perdoava. Isto, mesmo que o marido ou a mulher não fossem physicamente sãos. Porque sendo physicamente e moralmente sãos, seria um verdadeiro céo aberto.

Mas diga-ma cá, para terminar, o amor livre cura-lhe o seu hysterismo? Cura-lhe o seu nervosismo? Cura-lhe o seu figado doente? Cura-lhe os seus rins estragados? Mata-lhe os macaquinhos ou limpa-lhe a areia que traz no sotão?

Porque todo o seu mal, madama, e de todos os cavalheiros que consideram o amor livre a panacéa, a nova panacéa universal, vemlhes da areia que trazem no sotão. Emquanto vocelencias trouxerem areia e esses macaquinhos a manobrarem no sotão, os attritos, as pégas, os dissentimentos, os conflictos de toda a ordem, os desvarios, os desejos viciosos, as irresistiveis tendencias para o ciume, não acabam. E apparecem, fatalmente, ou haja ou não haja casamento, na hora propria.

Pergunto: o amor livre cura os effeitos desastrados, os effeitos terriveis, do alcoolismo, da tysica, da syphilis, do hysterismo, dos excessos de prazer ou de trabalho, da fome, do diabo a quatro?

Ai madama, que se é assim!...

E' assim, madama?

E a madama ainda não é velha? E é bonita? E é guapa?

Venha para cá! Olhe que eu estou disponivel! Participo-lhe que estou disponivel! Venha para cá! E eu lhe juro que a ponho n'um altar! Oh, se a ponho n'um altar! Com toalha lavada todos os dias, com dois ramos de flores ao lado, com lampada d'azeite na frente, e eu de joelhos, a adoral-a!

Não se demore! Venha para cá!

C.

A questão do pão

Sr. Director do *Povo de Aveiro*

Se V. não quizer abrir em meu desfavor, uma excepção nos seus habitos de justiceiro julgador, tem de reconhecer que logo no começo d'esta palestra eu declarei que me referia a *uma determinada região, ignorando o que em outro ponto se passava.*

Eu disse: *Do que se passa nas fabricas da metropole não sei eu, mas do que se passa n'este ponto provinciano posso informar.*

E' bem evidente que eu não pretendi discutir com V. a questão industrial na sua generalidade, pois que declarei que a não conhecia, e não me parece que mereça a penalidade do *bispote* que V. impõe aos escribas sem sciencia nem consciencia.

Simplesmente eu quiz *informar* a V. do que occorria em um determinado ponto do paiz, onde positivamente o lavrador não tem as responsabilidades principaes da carestia do pão.

Eu disse que o lavrador da região minha conhecida vendia o trigo de sua colheita a 65 rs. o kilogr. Provei com documentos que o preço mais alto obtido por esse cereal foi de 67 rs. e o preço mais baixo foi de 61 rs. A media ainda é inferior á minha indicação.

Demonstrei que a moagem local, pagando o trigo a 6:500 rs. por quintal metrico, vendia o producto farinado por 7:512 rs. com um beneficio de 1$012 rs.

V. toma estas bases, de exactidão incontestavel, e applica-as ás condições geraes da industria moageira do paiz, concluindo pela inexactidão do meu calculo e ralhando comigo porque eu insista na minha affirmação!

Diz V. que o meu calculo não serve para a apreciação das condições da industria moageira do paiz na sua generalidade. Dirá muito bem; mas tem de reconhecer que não fui eu quem fez essa generalisação, pois que apenas me propuz *informar* do que se passa em uma *determinada região.*

Considera V. a região tão insufficientemente productora de trigos que como factor para o problema ventilado é inapreciavel e baseia essa opinião no facto de um negociante local não ter trigo para fornecer a um moageiro. Não é assim: A região citada produz actualmente alguns milhares de moios de trigo, mas não é extranhavel nem indicio de pequena producção o facto de a menos de trez mezes da colheita os armazens estarem vasios.

O pequeno e mediano lavrador não deixa de negociar os seus productos com a intervenção do Mercado Central por mero capricho. Já expliquei que d'esse commercio se abstem porque a experiencia lhe demonstrou repetidamente que liquida menos dinheiro negociando por essa forma do que vendendo ao negocianle e moageiro local por preços muito inferiores á tabella.

Dirigindo-me a V. eu quiz provocar o incitamento ao lavrador para que se exforce em produzir em condições mais economicamente aceitaveis, incitamento que a sua auctoridade moral valorisaria; quereria tambem obter a sua justiça para uma grande parte d'essa classe geralmente accusada sem fundamento: propunha-me dar-lhe esclarecimentos praticos que o agricultor principalmente aprecia.

V. deriva a questão para um campo onde eu a não podia tratar sem estudo previo, na alternativa da applicação do *bispote* disciplinar.

Ponhamos ponto na palestra.

X.

Nem de perto, nem de longe pensei em applicar o *bispote* ao correspondente. Tomou a nuvem por Juno. E sendo assim sinto que deixe de apreciar a questão *agricolamente*, no que poderia dizer cõisas muito uteis e instructivas.

Nada mais podemos hoje dizer porque nos falta o espaço inteiramente. Mas continuaremos no proximo numero a tratar largamente a questão.

A situação

Não sabemos se foi o rei que não quiz ainda conceder a dissolução da camara se foi o governo que resolveu esperar mais alguns dias.

A nossa opinião, a tal respeito, já aqui ficou expressa no numero passado. A dissolução, não tendo o governo lançado mão dos recursos que lhe permitte o regimento da camara, é immoral. O rei não deve enveredar pelo caminho do arbitrio. Foi esse o erro de seu pae. Quando D. Carlos concedeu a dissolução a João Franco, não tinha outro recurso. Ou o ministerio cahia, ou dissolvia-se a camara. D. Carlos, então, andou bem. Em que elle andou mal, e com elle João Franco, foi em não estabelecer uma dictadura séria, uma dictadura salvadora, e só podia ser salvadora apertando com mão de ferro o gasganete aos mais perigosos quadrilheiros politicos. Fosse comnosco e nós lh'o diriamos. Ou nós ou elles. E podiam-nos matar, como mataram D. Carlos. Mas quando o fizessem, já a maior parte d'elles estariam povoando a Penitenciaria e Timor. Sem contar com os discolos que houvessem ficado estendidos nas calçadas das ruas do Porto e Lisboa. Se era preciso metter isto na ordem, e é, se a grande, a terrivel doença d'este paiz, a que anniquila este povo, a que mata esta patria, é a desordem, a anarchia perenne em que vivemos... *para grandes males grandes remedios.* Ou surgem homens d'energia n'esta terra, dispostos ao sacrificio em bem commum, e para honra d'elles proprios e de nós todos, pois só quem não tem dignidade nem sangue pode assistir de braços cruzados ou a carpir a esse espectaculo vergonhoso que ahi vae, que nos enche d'opprobio aos olhos do mundo e aos nossos proprios olhos, ou surgem esses homens ou estamos perdidos.

D. Carlos, n'essa occasião, andou bem. Mas antes d'isso, não. Havia um chinfrim na camara? Repetia-se dois ou tres dias seguidos? O ministerio, com maioria, quasi sempre com grande maioria, corria a pedir a dissolução ao rei. E D. Carlos concedia logo a dissolução. Ora esse facto, parecendo ser o contrario, era a simples confirmação da desordem. Era a impunidade, era o incitamento á anarchia, era uma dupla immoralidade. E dizemos uma *dupla* immoralidade porque era, afinal, um acto d'arbitrio, um acto de despotismo, como é sempre, mais ou menos, a dissolução, e indo servir, não a causa da ordem, mas a causa da desordem.

Se eu fosse rei, e um presidente do conselho me viesse pedir a dissolução da camara, por uma questão de desordem e não por uma questão d'altos principios como na Inglaterra, eu limitava-me a perguntar-lhe: «Não tem maioria? E não tem uma coisa que se chama regimento da camara? Ora faça applicar primeiro o regimento, que para esses casos se fez, que para esses casos existe, e, depois, se as desordens continuarem, appareça, que eu cá estou.»

Pois pode lá ser? Pode lá ser esta pouca vergonha dos senhores deputados, os *paes da patria*, os legisladores, os que deviam dar o exemplo da cordura, da moderação, da ponderação, do respeito ás leis, terem o *privilegio* da desordem?

Isto é um paiz de loucos. Positivamente um paiz de loucos.

Apparece um malandro militar a revoltar-se contra o regulamento disciplinar do exercito. A infringir o regulamento disciplinar. A cuspir no regulamento disciplinar. O ministro da guerra, ou o seu chefe immediato, quer-lhe ir á mão. Mas o malandro objecta: «Eu sou par do reino!» E como é par do reino, o ministro da guerra, ou o chefe immediato, tem de se curvar, reverente, e o patife que continue, como o cão, a alçar a perna e a *esguichar* sobre o regulamento disciplinar do exercito ou sobre qualquer outra lei do paiz.

Pois isto não é um paiz de doidos?

A camara dos pares absolve-o, se fôr submettido ao julgamento da camara. Mas ainda que o não absolva, pode lá o chefe militar ficar á espera do julgamento da camara? E se o mariola quizer continuar a atropelar o regulamento disciplinar do exercito? A commetter infracções sobre infracções? Que situação é a d'um coronel em face d'um capitão, d'um major, ou d'um tenente coronel do seu regimento que é par do reino? Que situação é a d'um general em face d'um coronel que é par do reino? Que situação é a do ministro da guerra *em face de todos?*

Isto é, positivamente, um paiz de doidos.

Esse malandro d'esse Borracho que comece por ser *só par do reino*. E' par do reino? Pois seja par do reino, o malandre. Mas só par do reino. E está tudo acabado.

Assim com os *illustres* deputados.

Que privilegio é esse da desordem dentro da camara dos deputados? Que nephelibatice é essa de não applicar o regimento para não ferir as *immunidades parlamentares?* Para não dar o *mau exemplo* do desrespeito aos *immortaes principios?* D'aqui a pouco é um santo em cada porta e um altar em cada esquina. E a gente passa a vida em genuflexões e a beijar a mão de todos os santos que nos esbofetearem pelo caminho.

Nós temos a irresponsabilidade do rei, nós temos a irresponsabilidade dos ministros, nós temos a *irresponsabilidade* dos pares do reino, nós temos a irresponsabilidade dos deputados, nós temos o dogma da infallibilidade do Bombardino, a quem Jesus vem do céo á terra apertar a mão, nós temos o dogma da *honra republicana* — dizer-se republicano é dizer-se homem honrado — nós temos o dogma do campo da honra — quem não se bater em duello é *desqualificado* — nós temos o dogma dos *immortaes principios* e até já temos o dogma da *palavra de honra* do Affonso Costa.

Este emerito bandido, até agora nos impõe o dogma da sua *palavra de honra*. Elle dá a sua *palavra de honra* de que o Djalme está innocente? E' acreditar e calar. Elle dá a sua *palavra de honra* de que o Marinha de Campos é um homem honrado? A camara dos deputados, o cenaculo, curva-se reverente deante da honra do Marinha de Campos. Elle dá a sua palavra de honra e *jura pela vida dos filhos* que não foi consultado pelo Hinton? E' crer ou morrer.

Isto é um paiz d'idiotas! Um grande paiz de idiotas! Porque, se o não fosse, já tinha pegado n'um porrete ha muito tempo para desfazer estes farçantes, em vez de ficar beatificamente acocorado deante de tanto patife e de tanto dispauterio!

Que não entre a tropa dentro da Egreja de S. Bento, porque, se entrar, temos profanação! Vae o patriarcha benzer a careca do Egas Moniz e a cabelleira hirsuta do Affonso Costa! Em procissão de desaggravo, erguido o estandarte dos *immortaes principios*, á frente, e cauda lamacenta de Pechugas, atraz!

Que grande paiz d'idiotas!

E se, entrando a tropa em S. Bento, o pulha de bem Cabrito Macho apanha um piparote e uma coronhada o Centeno, pulha desavergonhado? Hein? Não ficava a patria deshonrada?

Que grande paiz d'idiotas! E falam dos pretos, estes idiotas!

Não lhes dê a dissolução sem elles cumprirem o seu dever, el-rei D. Manuel! Vossa Majestade não se lembra da pouca vergonha que ahi foi com a discussão do regimento da camara? Uma pouca vergonha, como sempre! Discussões e discussões, murros e murros nas carteiras, dias e dias perdidos, como sempre, na berrata infernal. Porque esses bandidos só sabem berrar. Não sabem fazer mais nada. Dias e dias perdidos. Berratas e mais berratas. Para quê? Para o que Vossa Majestade está vendo. O regimento, lettra morta. Posto de parte. Inteiramente abandonado.

O governo quer passar por *libaral*. O presidente da camara quer passar por *boa pessoa*. Elles, *boas pessoas*. Vossa Majestade... um tyrannete!

As quadrilhas entendem-se maravilhosamente. Sem se quererem indispor muito umas com as outras. Mantendo cuidadosamente o verniz da *libardade*. O ministro dos negocios extrangeiros *rehabilita* o Borracho, depois d'este ter atirado com os cordões d'ajudante de campo á cara de Vossa Majestade. O ministro do reino diz na camara, com arreganho, que é *libaral*, e põe especial cuidado em fazer convencer os outros de que *tambem é libaral*. Declara *solemnemente* que o governo não pensa em dissolver a camara. E, depois, Vossa Majestade é que aguenta com a *bucha*!

Desculpe o plebeismo. Mas Vossa Majestade deve estar farto, como toda a gente n'este paiz, de falsos *aristocracismos*. Desde que o Marinha de Campos, e o *Margarido*, e o Affonso Costa são *cavalheiros, homens de honra e do campo da honra*, emfim, *democratas-fidalgos*, só resta a um homem o recurso de ser *desqualificado* e plebeu de pé descalço.

Vossa Magestade é que aguenta com a *bucha*. Vossa Magestade é que fica sendo o despota, o tyranno, o homem que salta, a pés juntos, por cima da *libardade*. Vossa Majestade faz-lhes os que elles querem, vae-os servindo complacentemente, e, no fim, pagam-lhe da forma porque pagaram a seu pae.

Para que lhes serve o regimento da camara, a esses diabos? Para que serve a lei? Para que serve tudo n'esta terra?

Vossa Majestade lembra-se tambem do que succedeu com a lei d'imprensa? Um inferno! E agora? Cahido o João Franco, nunca mais ninguem quiz saber da lei d'imprensa!

A lei d'imprensa foi para elles uma mina, no proprio tempo do João Franco. Só serviu para uma nova especie de comicios, os comicios da Boa Hora. Esta semana lemos nas gazetas que um juiz não consentiu, a proposito das sociedades secretas, que se fizesse mais um d'esses comicios na Boa Hora. Abençoado juiz! Ahi tem Vossa Majestade um juiz que deve ser recompensado.

Outro dogma, Senhor! A magistratura é invulneravel! O juiz é um relaxado, é um pulha, não cumpre o seu dever, não cumpre a lei? Respeito ao juiz, que o juiz é invulneravel!

Uma rede de dogmas, que aperta, que esmaga, este pobre paiz d'idiotas! Uma rede de dogmas, mas cheia de malhas largas para todos os patifes á vontade se escaparem!

Para que serviu a lei d'imprensa, El-rei D. Manuel? Serviu para o que serve o regimento da camara, para o que serve tudo n'esta terra. Para não se cumprir, ou para se cumprir sem seriedade, sem dignidade, mal e porcamente.

El-rei D. Manuel, não lhe está falando um bandido da politica! Vossa Majestade, que tem mil recursos e mil fontes d'informação, bem sabe que nunca nos perdemos nos meandros da policia secreta, dos ministerios, das grandes companhias ou dos grandes syndicatos. Nunca ninguem nos comprou, nunca ninguem influiu, nem influe sobre o nosso espirito, sobre as nossas opiniões, sobre as nossas palavras. Nunca pedimos empregos, nunca pedimos favores politicos, nunca fomos accionista ou membro de companhias poderosas, nem o seremos jámais.

Então oiça, D. Manuel. Oiça uma voz franca, desinteressada, leal. Não dê nada a ninguem *senão dentro da lei*. E' preciso saltar para fóra da lei? A lei exgota-se? A lei já não pode fazer nada e não ha tempo para fazer novas leis? Então salte corajosamente para fóra d'ella. Acima de tudo a salvação do estado. Mas salte para fóra da lei... *só n'esse caso.*

O governo vae-lhe pedir a dissolução da camara depois de ter posto, energicamente, dignamente, em execução, o regimento? Dê-lh'a. Se mesmo assim a camara fôr ingovernavel, dê-lh'a. Então não hesite. Dê-lhe a dissolução da camara. Chamar outro governo com esta camara é um erro crasso. O governo é mau. Ainda assim, n'esta altura, um governo progressista é o unico governo possivel. Livrar dos Makabenkos! O Makabenko foi o peor desastre que, depois da queda de João Franco, podia acontecer. Dê-lhe a dissolução, dê. N'esse caso, dê-lh'a. Mas não sem lhe dizer primeiro: «Cumpra a lei! Tem o regimento da camara, que é a lei. Ainda não vi em execução o regimento da camara. Cumpra a lei.»

Cumprida a lei, uma vez, duas ou tres, continuam as desordens? Os discolos, systematicamente, atravez de tudo, recorrem á desordem? Abrem uma especie de *crise revolucionaria?* Então para grandes males grandes remedios. Então, ponha-os fóra.

O papel de Vossa Majestade deve ser este: não permittir relaxamentos. Não fazer favores a governos relaxados. E como Vossa Majestade sabe, só isso, o favor ou o desfavor da corôa, é uma força enorme.

Obrigar toda a gente ao cumprimento da lei. Isso é que é ser forte. Isso é que é moralisar. De cem casos, a lei resolve tudo noventa e nove vezes, quando cumprida seriamente. Não faça como sau pae, que tinha uma grande facilidade em saltar para fóra da lei. Em recorrer ao arbitrio. Como se viu, isso não lhe deu resultado nenhum.

Mantenha-se dentro da lei, D. Manuel, mas seja energico em cumprir e fazer cumprir a lei. Exerça toda a sua acção no sentido de obrigar os governos a cumprir a lei, e para isso não precisa Vossa Majestade de sahir do seu papel de rei constitucional. Está rigorosamente dentro d'elle. Que se cumpra a lei, rigorosamente, e é quanto basta para que a desordem cesse. Mas surgem circumstancias graves, para as quaes já não ha recursos na lei? A lei, em qualquer circumstancia, sente-se impotente e já não ha tempo para fabricar novas leis? Saia para fóra da lei, n'esse caso, mas então resolutameute, energicamente, patrioticamente.

Não consinta ao pé de si Fernandos Serpas, nem gente que se esqueça da dignidade propria, da *dignidade do logar onde está*, e da dignidade das funcções que exerça. Diz-se que o peor crime de Fernando de Serpa foi a mania epistolar. Pois que pague a mania, Não a tivesse.

Seja um homem honesto, rei de Portugal. Um homem serio. E ainda haverá meio, talvez, de salvar isto.

Energia, grande energia, antes de tudo. Fóra o relaxamento. E fóra o medo. O que tem matado isto tem sido o relaxamento, por um lado, e o medo, pelo outro. Fóra o medo!

E talvez que ainda haja meio, repetimos, de salvar isto.

Agradecemos

Em geral, não costumamos referir-nos ao que de agradavel se diz a nosso respeito na imprensa. Devemos, porem, hoje abrir uma excepção, relativamente ao *Portugal*, onde o senhor padre Senna Freitas, tão conhecido pelo seu talento como apreciado pelo seu caracter, nos diz palavras que muito nos penhoram, e tanto mais apreciaveis e agradaveis para nós quanto partem d'um adversario em ideias.

Muito obrigado.

E, já agora, agradecemos tambem ao *Correio dos Açores* o artigo editorial que nos dedica. Lemos, sim senhor. O collega terminava o seu artigo dizendo: «Se estas nossas palavras forem cahir sob as vistas do valente batalhador...»

Lemos, sim senhor, apreciámos e agradecemos.

CARTAS LISBOETAS

27 de abril

«For you and for us, the quality of the individual is supreme.»
Palavras de Th. Roosevelt na sua conferencia da Sorbonne.

Depois do discurso de Raymundo Poincaré no Cercle Voltaire, de Bordeus, a dois dias da sua entrada na Academia Francêza e depois do discurso de Briand no grande banquete de Saint-Chamond, em vesperas das eleições geraes, a conferencia que fez na Sorbonne o ex-presidente da republica norte-americano tem uma grande importancia no ponto de visto da educação democratica e merece, portanto, da attenção d'aquelles que se interessam um pouco por o que se passa alem das fronteiras d'este risonho paiz.

Theodoro Roosevelt fallou dos deveres do «cidadão d'uma republica», e o seu discurso foi bem uma pagina de direito politico, uma alta lição de democracia que seria de proveito aconselhar aos nossos grandes estadistas, se elles fossem capazes de aprender alguma coisa, se não fossem orgulhosos de mais para descer a estes pormenores minimos, que se deveria recommendar aos poucos democratas que para ahi ha, para que se retemperassem na sua crença, mas para o qual não vale a pena chamar a attenção da gente republicana, desdenhosa de mais para ouvir a palavra do caçador de leões.

Theodoro Roosevelt é um homem modesto, de habitos simples e palavra singella, dizendo as coisas com calôr natural, sem arrebatamentos estudados, sem poses, sem esgares de feirante, sem artificios de rethorica e, assim, homem simples, vindo da mais alta magistratura da republica dos Estados Unidos, foi dizer a essa velha Sorbonne, por onde teem passado os maiores sabios do mundo, a sua opinião sobre o que deve ser o cidadão d'uma republica.

E' um homem que encara a vida de frente, habituado a luctar por si só, confiado no vigôr do proprio esforço, de uma forte tenacidade e de uma immensa franqueza. Elle quer as coisas ditas como ellas são, sem *ambages*, elle detesta a ironia, forma inferior de critica, não gosta dos ironistas. *La pire manière d'envisager la vie est de l'envisager la raillerie aux lèvres.*

Para elle não basta criticar, e não é pela obra dos criticos que se ha-de chegar a um melhor estado social. Claro, Th. Roosevelt refere-se aos criticos communs, aos criticos secundarios, aos má-lingua de profissão, por certo—não aos altos criticos que teem orientado gerações, destruindo preconceitos, derrubando erros, allumiando, apontando o caminho novo. *The critic who points out how the strong man tumbles.*

Mas, a seu vêr, a principal qualidade do homem é o caracter, e é este ponto que queremos frisar visto como se nos afigura, para nós portuguezes, gastos ou corrompidos, n'este momento historico de duvida ou de transição, como queiram, mas de indiscutivel decadencia, o que mais convem accentuar entre os outros de que tratou, sempre com grande elevação, o ex-presidente.

Nós vivemos n'uma terra acanhada onde, apezar das velleidades de estrangeirismo, quer dizer da mania de imitar o estrangeiro ou de conhecer o que vai lá fóra, não se sabe o que se passa lá por fóra. Nem conhecemos a vida social, a vida mental, a psycologia dos povos com quem tratâmos, com quem de mais perto tratâmos. Dos que nos estão aqui á porta, dos hespanhoes *nuestros hermanos*, ou dos que fallam a mesma lingua, dos que são da patria portugueza d'alem mar, dos brazileiros. Quanto mais dos outros! Quanto mais da França por quem tanta gente tem uma admiração inconsciente ou da Allemanha por quem tantos outros simulam um desprezo mais do que estupido! Da *caserneira* Allemanha, como é, agora, de uso chamar-se-lhe no calão intellectual do nosso jornalismo d'élite... Quanto mais pelos Estados Unidos que fallam a mesma lingua da nossa tradiccional alliada Inglaterra!

De sorte que as nossas coisas chegam lá fora adulteradas, como chegaram as informações referentes á *feroz* dictadura de J. Franco, uma dictadura de trazer por casa, de barrête de dormir e chinélos de ourêlo, como chegam, agora mesmo, os echos da discussão parlamentar do caso Hinton — e as coisas de fóra, os factos chegam aqui tantas vezes voltados do avêsso, as ideias são aqui traduzidas em calão.

Se nós nem chegâmos a saber o que vae por casa, se nós desconhecêmos as coisas mais comesinhas da nossa vida nacional!

Ahi teem, por exemplo, esse caso das cartas do negociante Serpa ao negociante Machado, uma gente de commercio illicito, ou mais do que li-

cito — conforme a maneira de considerar — o commercio das consciencias, que não ha-de, por certo, ser, em Portugal, um commercio em larga escala, por não abundar o genero, havendo ponco quem venda ou restando apenas pouco para comprar . . .

Forma-se em roda desse caso um escandalo enorme, quando, afinal, aquillo não representa mais do que um reflexo da nossa immoralidade, da baixêza do caracter português, a que não teem valido nem as crendices messianicas nem os elixires republicanos, da nossa indifferença pelos negocios da administração, da pouca *curiosidade* dos portuguêzes. Porque nós não temos a *curiosidade* de saber o que vae por nossa casa.

Vem o estrangeiro e é elle quem nos vem dizer o que ha por ahi.

Elle vae ás bibliothecas, se é erudito, e é elle quem indica, quem esclarece os empregados que confundem tudo, que baralham tudo, que não sabem de nada. E' elle que nos chama a attenção para as bellezas naturaes em que não reparâmos, quem vem aproveitar-se das riquezas que desprezamos ou não sabemos utilizar.

E é ainda elle quem, pela bôcca de Theodoro Roosevelt, nos vem dizer quanto é falsa essa doutrina da união politica de todos, independentemente da austeridade moral das pessôas, sem embargo do passado politico ou da dignidade pessoal, para uma organisação nova da sociedade portuguêza, e que no-lo vem dizer affirmando o caracter a principal qualidade do homem.

Quem não ouviu ahi dizer que depois de fundada a republica se procederá á necessaria depuração? Reconhecem a depuração necessaria — não ha quem a não reconheça — mas contentam-se em que ella se faça depois; e, emquanto ella se não faz, vão tolerando, reclamando, incensando, *gramando* quanto fiel bisborria, quanto burro de calças ou quanto garôto de gravata, se lembrou um dia de querer reformar a sociedade do seu paiz fundando sobre os escombros d'um constitucionalismo que não deu nada uma republica que pouco promette!

* * *

Que todos se esforcem por obter um alto grau de cultura e de instrucção, brada Roosevelt. E' preciso que o corpo seja são e, mais ainda, o espirito. Mas acima do espirito e do corpo está o caracter.

Nem todos assim o entendem nesta feliz terra lusitana.

« Ah! F. como homem é uma excellente pessôa, mesmo um bello caracter, agora como politico . . . » Quantas vêzes ouvimos isto ahi assim, como a desculpar as traficancias d'aquelles a quem se deve favores ou de quem, mais ou menos, se espera *benesses*, de quem, mais ou menos, se depende ou com quem se manteem relações pessoaes!

E' a divisão d'um ser em dois, o homem um santo, o politico um pulha — como homem uma honestidade provada, como politico uma immoralissima creatura. E' o caso da depuração depois de fundada a republica.

O caracter nacional tem de formar-se á custa da depuração dos elementos nocivos da sociedade portugueza, como o espirito democratico tem de surgir d'uma selecção rigorosa dos elementos vermelhos, e antes de fazer a republica, muito antes mesmo de se tentar fazer a republica. Para que a republica possa vir a ser, se isso é possivel entre gente portugueza, um regimen politico com condições de estabilidade, offerecendo seguras garantias de moralidade na administração, de austeridade no governo. Para que a jornada não seja uma aventura e a obra dos revolucionarios seja obra de homens, não de garôtos.

A verdadeira democracia é tolerante, e em Portugal não ha tolerancia. Para criar uma democracia n'este paiz é preciso, pois, matar a intolerancia. Primeiro do que tudo.

A verdadeira democracia é liberal, e em Portugal não se comprehende a liberdade senão para nós, nunca para os outros. E' preciso, pois, ensinar a todos, antes de quaes os seus direitos quaes devem ser os seus deveres, e isso não se faz sem sacrificios de toda a natureza, de sympathias, de velhas amizades, por vêzes, de popularidade, do bem estar . . . E para este estado a que descêmos ninguem mais tem contribuido do que o oradôr politico, palrador ignorantissimo, habil fazedôr de phrases por vezes, quantas vezes ridiculo, sempre nocivo, e o jornalista, inconsiderado impressionista phantasioso, *blagueur*. Contra os quaes, tambem, Theodoro Roosevelt se pronunciou na sua admiravel conferencia.

Bem pouco se pode esperar d'um estado onde o povo vae atraz de palavras e não vê que a ellas não correspondem, quando não correspondem, actos, quando não sabe medir o valor dos que pronunciam essas palavras. E é bem lamentavel que sobre o povo possam ter influencia os palradores. E' um signal de fraqueza politica, diz Roosevelt. De decadencia social — accrescentêmos.

E' por isso que lá fóra, ao lado de Clémenceau, d'esse grande Raymundo Poincaré, de uma dymnastia de sabios, de Briand, Alexandre Braga nunca seria, no criterio do caçador de leões, um grande orador.

Eu tenho ouvido recitar a um amigo, que eu tenho como o melhor, trechos de discursos de Alexandre Braga, mas . . .

Como — no campo jornalistico — ao lado de Clémenceau jornalista, o sr. Cunha e Costa seria sempre Cunha e Costa. Como ao lado do gigante Rochefort pareceria um pouco mais pequeno o gigante Brito Camacho, que, a dentro da fronteira, não é maior, é de justiça dize-lo, por que não quer.

Tous les journalistes, tous les écrivains qui apprécient l'étendue de ce qui peut leur profession ont devoir de se lever contre ceux qui en sont le discrédit, disse na Sorbonne Th. Roosevelt e convem que se repita aqui, não ao ouvido, em ar de conselho, mas em voz alta, no tom acre de censura, aos que, dispondo de uma clara intelligencia e de uma bella penna, não contribuem para a depuração indispensavel, correndo, esmagando, aniquilando *ceux qui en sont le discrédit*.

Roosevelt conhece o *chanteur* da America, o *chanteur* francez, não conhece o traficante jornalistico do nosso paiz abençoado, mas a sua critica tem applicação segura á nossa gente, n'este momento ou em qualquer outro, de uma ou outra maneira sempre convem fallar na sua conferencia, fazendo applicação dos seus principios ás nossas coisas.

Claro, o que bem desejariamos era intercalar n'esta carta largos periodos do discurso do expresidente, ainda que não fosse senão como elemento de comparação para os nossos futuros presidentes, mas o espaço é limitado, e escrevendo, sempre tarde, estas notulas de impressionismo, que não pretendem ser nem uma dissertação nem uma chronica, deixando-nos ir atraz da penna, interrompendo-nos aqui e alem, nem de longe conseguimos dar uma ideia do que foi essa conferencia, que convem seja lida e meditada, por todos quantos são capazes de ler e de comprehender, de comprehender e praticar.

Da mesma forma que o discurso do Cercle Voltaire e o programma de S. Chamond.

Sim, que Raymundo Poincaré não é o sr. Bernardino, nem Briand o glorioso parlamentar Affonso Costa . . .

E agora que se annuncia que o sr. Agostinho Fortes vae constituir um grupo, a que já ouvimos chamar um partido, convem aos que tencionam accompanha-lo não perder de vista o que esses tres homens disseram, porque elles são alguma coisa no mundo do pensamento, porque a sua voz tem auctoridade e ainda porque é grande o contraste entre as suas figuras e as caricaturas lusitanas.

Belgavino.

O Rei dos Bandidos

Já estava composta para sahir no domingo passado a carta que se segue, do sr. doutor Chaves e Castro, e que, por forçada conveniencia de paginação, vae n'este logar.

. . . *Senhor.*

Em alguns artigos insertos no importante e bem redigido periodico — *O Povo de Aveiro* — tem-se V. referido á vil ingratidão com que esse tal Affonso Costa procedeu para comigo, logo que entrou para a Universidade, injuriando-me e calumniando-me, apesar de eu lhe ter sempre dispensado finesas especiaes.

Pois fique sabendo que o vil ingrato não cessa, sempre que se lhe offerece occasião, de mostrar as unhas da ingratidão, como ha dias aconteceu com uma questão que me diz respeito.

O caso foi o seguinte.

Possuo eu em Ceira uma quinta cuja agua de rega vem de uma mina, existente em propriedade alheia, que tem duas portas para seu serviço na trincheira norte da linha ferrea de Coimbra á Louzã, no kilometro 7:489, seguindo a agua para um cano que vae para baixo da valeta da mesma linha e atravessa esta junto da estrada municipal até entrar na minha quinta. Para ir á mina existe uma servidão de passagam do estrada municipal até ás duas portas da mina entre a valeta e a trincheira da linha.

Em setembro de 1908 tres trabalhadores da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes, que é a exploradôra da linha ferrea de Coimbra á Louzã, pertencente á Companhia do Caminho de Ferro do Mondego, arrancaram duas estacas que vedavam a entrada para uma das portas da mina e metteram-se dentro desta.

Dei conhecimento desta invasão da propriedade alheia ao sr. Ferreira de Mesquita, que me dizem ser o engenheiro chefe das obras da linha ferrea do norte, para que elle advertisse os ditos trabalhadores e os reprehendesse por tal facto. Porem este sr. com a vaidade e altaneria que o caracterisa, e que o traz convencido de que é um Estado no Estado, respondeu-me que " tendo immediatamente mandado proceder ás convenientes averiguações veiu a concluir pelas informações que recebeu que a minha queixa não tinha fundamento„.

Em vista desta resposta insolente fui forçado a recorrer aos tribunaes em defeza da minha propriedade, e intentei primeiro contra os invasores acção criminal pela destruição das estacas. Algum tempo depois appareceu-me no meu escriptorio de advogado o sr. Alfredo Lopes de Carvalho, que se apresentou como um dos directores da Companhia do Caminho de Ferro do Mondego, a pedir-me que fizesse com que a Camara Municipal de Coimbra viésse a um accôrdo com esta Companhia para terminar a acção que a Camara tinha intentado contra ella, por falta de cumprimento do contracto de concessão de terreno, na qual eu sou advogado, e fallou na acção criminal que eu tinha intentado por causa da destruição das estacas da porta da minha mina, e afiançou-me que a direcção da Companhia do Caminho de Ferro do Mondego ia mandar-me um titulo de reconhecimento do meu direito de servidão de passagem para as portas da mina, e pediu-me até que lhe mandasse para Lisboa uma minuta da declaração que a direcção deveria fazer-me para tal fim. Mandei esta minuta, mas decorreram meses, e apesar das promessas de que em breve viria a declaração, nada veiu, e eu tive de intentar a acção de turbação de posse antes de findar o anno em que se tinha dado a turbação.

Nesta altura o douto jurisconsulto, sr. dr. Vicente Monteiro, que é advogado da Companhia do Caminho de Ferro de Norte e Leste, procurou terminar amigavelmente a contenda, mas encontrou resistencia da parte da Companhia do Caminho de Ferro do Mondego, que tinha já consultado o tal Affonso Costa que lhe disse logo que eu não tinha razão, e que a Companhia não devia ceder senão perante sentença dos tribunaes.

Aqui tem V. como aquelle vil ingrato teve occasião de vir novamente arranhar-me, dando um parecer desarrasoado e injusto.

Pois ande a Companhia do Mondego com mais alguns contos de reis para dar a comer áquelle farçante, como elle comeu á Companhia dos Phosphoros, sem nada fazer em favor d'ella. Este democrata de nova especie tem a ambição de se collocar acima de todos e de tudo, e para isto procura derribar e destruir tudo que lhe faz sombra, porque intende que só isolado poderá conseguir a sua ambição dominante, embora no meio da geral desolação.

Pena é que nem todos o conheçam, e ainda haja quem acredite em suas palavras balôfas.

Coimbra, 16 de abril de 1910.

MANOEL DE OLIVEIRA CHAVES E CASTRO.

Só enforcando uma boa duzia de politicantes...

Preciso ratificar e ampliar a expressão que não é minha, e eis o motivo por que volto a insistir.

"Só enforcando uma boa duzia de politicantes ahi nos candieiros da baixa é que isto iria!„ Era esta a expressão que mais ou menos uniforme se ouvia, na semana ultima, pelas livrarias, pelos passeios, no Martinho, e emfim onde quer que os grupos de costume acertam de se reunir. Mas o melhor da passagem, e que não anotei devidamente, é que eram exactamente os officiaes do exercito, os officiaes da marinha, aquelles que mais exaltados pelo asco, pelo desespero, *pela duvida no dia de ámanhã*, se desentranhavam em apostrophes violentas contra os republicanos . . . e contra o regimen, que, a continuar a escurecer e amparar os sortilegios, a veniaga, a irresponsabilidade de Alpoins, Teixeiristas, de todos! e até á baila vieram os mortos, como o Elvino de Brito, ministro após roubalheiras confessas, e que, saindo das Obras Publicas, andaram por ahi as photographias, inclusivé, de documentos por elle viciados (unico!), regimen, repito, que a continuar por semelhante senda, fatalmente nos arrastaria á peior, á mais crua, á mais desoladora e horrorosa *dêbâcle*, jámais presenceada pelo atonito mundo!

Ah! e a proposito, ora me occorre que exactamente num dos pontos de mais acesa polemica, quando se discutia a freima d'essa turba politica acobertada principalmente pelo *Seculo e Mundo, Novidades e Dia*, esse syndicato ululante tão superiormente representado no parlamento pelo infamissimo Affonso Costa — que aliás a estas horas deveria, em paiz de responsaveis, estar em ferros d'El-rei, como receptador, pelo menos! de cartas inviolaveis — ora me recordo que *alguem*, e por signal lá de dentro das camaras, da representação nacional, bradou: — " Ah! bom Homem Christo! E' elle afinal o unico homem que em meio de tudo isto se não acobarda, miseravelmente!„

— " Não, elle não é nem pode ser um desqualificado! " Elle que ainda na vespera ahi andava elogiado inclusivamente nas gazetas, passar no dia seguinte a ser um desqualificado . . . e por quem?! por Barachos e Pimenteis Pintos. . . não, não pode ser!„

— Quiseram fazer a boca doce ao rei e . . . ao Affonso Costa. E quem assim procedia . . . era uma junta de generaes! Ah! que se houvesse vergonha e responsabilidade, só com uma nova junta *de verdad*, que reformasse por incapacidade moral semelhante junta! . . .

Assim se perorava, em altos brados, como que a pregar a gentes ignaras e barbaras. Entretanto se negava validade e moralidade á referida junta — visto affectar essencialmente a propria constituição liberal! do Estado, não concedendo as devidas regalias constitucionaes ao acusado, nem sequer a da defesa propria, julgando á porta fechada, etc., etc.

E que este enorme precalço passara em camaras sem um protesto dos officiaes em numero de 38, como regra, de outras tantas figuras de ornamento d'aquella musica . . . do *rotativismo* torpe, e que assustadiço — pela mangedoira — se deu pressa de accrescentar aos dois polos sobre que por tanto tempo giraram as instituições que felizmente nos teem regido, quaes eram — e são! — a confiança da coroa e o exercito contente, se deu pressa de accrescentar: contente . . . e seguro!

E effectivamente, o batuque continuou infrene e peior — pelo visto! — após o 31 de Janeiro, de negregada memoria republicana . . . e monarchica!

Nem a Hespanha, com Ferrer, um caso aliás incomparavelmente peior e injustificado, se portou de modo comparavel de longe sequer ao abastardamento de instituições e homens de Portugal! Pois que a Hespanha julgou Ferrer com forma de processo, melhor ou peior, que nem discutimos.

De resto, por muito menos ainda, é ver como em França foi esbofeteado o general André.

Isto entretanto que em verdade as ditas 38 figuras de ornamento — de incubação ministrica! — incorria certamente, em pleno parlamento, nem menos na alçada do art.· 3.· do Regulamento Disciplinar. Pois que todo o official deve guardar — *e fazer guardar a constituição*.

Constituição que aliás, tão baixa quão brutal e servilmente, ahi foi recalcada a pés, e na sua presença, e com o seu proprio assentimento, no proprio parlamento!

E isto — e sobre tudo — entretanto que o proprio art. 104.· do Regulamento Disciplinar, dito, vindo elle mesmo a remediar (e a condemnar!) o atropelo constitucional, recommendando que o accusado seja ouvido, e apresentando até contestação por escripto, etc. e tal, entretanto a consciencia juridica de nossos dias é tal e tanta! que o referido art. 104.· jámais teve por ora força (e é ver o caso Homem Christo) para se defrontar sequer com o atropelo em questão, fazendo-o bater em retirada! . . .

Mas não falemos em semilhantes coisas tristes, porque emfim temos de relatar ainda algo mais, e é que deploravelmente só má lingua se sabe fazer por esta Lisboa. De resto nem um acto de valor se pode esperar de quem quer que seja. Visto que, ainda após isto tudo, veio á tela da discussão o surpreso caso d'uma vida começada pelo roubo de quatro libras ao seu proprio general, o Maldonado, em Evora, na compra de um cavallo ao Ramalho, e de que toda a cidade teve, ao tempo, o triste conhecimento e respectivo commentario, etc., etc., Alcances e porcarias sem conta. Reformas violentissimas de collegas e amigos valiosos d'outr'ora em apertos gravissimos, para deixarem o caminho livre ao generalato proprio . . . Emfim, um pandemonio de torpezas conduzindo aliás triumphantemente um monarchico *puro sangue* . . .

Conduzindo um — e muitos, desgraçamente.— Oh! não, assim não: nem ha governos nem instituições possiveis!

De resto, ahi se vae arrastando essa questão Blandy, Hinton, Affonso & comp.ª com grande gaudio dos republicanos, pois que d'esta vez é certa a republica... e basta a infamissima pulhice do roubo das cartas para justificar a sua ultra neccessaria implantação; de caminho que os monarchicos não acham assim o caso tão grave como isso . . . Não, não é! Mas o peior é que o virus se tem alastrado de tal modo que contaminando todos, como regra entenda-se, maiormente se estendeu á vestal republica!

De certesa certa, porem, o que se sabe — é que todos nós portuguezes perdemos terreno.

Lisboa, 27 de abril de 1910

F. R.

Provincias

Thomar

Podemos hoje voltar ao nosso primitivo programma por isso que o bravo n'um dos numeros do *Rebate* não ataca actos das corporações locaes com as armas de que fanfarronamente se vangloria de dispôr mas sim pessoas contra as quaes desembesta n'uma carreira cega. Dissemos que todas estas investidas só glorificam os que teem a honra de as receber; por isso que a auctoridade moral dos censores não é nenhuma sendo o maior elogio que podem fazer aos que pretendem ferir o dirigirem-se-lhe nos termos arrieiraes e fadistões com que o foram sempre. O despreso de quem as não enxerga e de toda a gente séria é o que os magôa, visto que o estanho que lhes envolve a cara macillenta não os deixa envergonhar dos seus proprios actos e da vida cheia de miserias, oriunda de espelunquice em que sempre viveram. Era para admirar em Lisboa o baiuculento orador dos comicios aldiãos quando em carreiras vertiginosas atraz do carro de Antonio José d'Almeida dava vivas á liberdade á republica que elle verá sempre por um oculo, mas que o seu bestunto faz ver cair já sobre este povo como um manancial de felicidades e sobre elle *Margarido* como o bezerro d'ouro que o ha-de salvar. Espera por essa. Este orador e escriptor deu a honra a um nosso amigo de lhe offerecer o numero do *Rebate* a que já nos referimos, e fal-o n'um tom de ameaça provocadora como se o lazarento podesse assustar alguem. Em se passando ao largo é um inofensivo; mas ha quem profissionalmente se lhe aproxime sem perigo. Aconselharemos os nossos amigos que tantas investidas têem tido a que se façam *arttstas*. Eu sou um revolucionario por temperamento e convicção, disia elle n'um dos comicios em que os seus dotes oratorios chegavam ao apogeu da gloria.

Esta phrase apanhou-a elle n'um dos dias de enthusiasmo meetingueiro quando o moralista seu semelhante França Borges arengava ás turbas atonitas. A Junceira ficou doida com tanta eloquencia, mas o que não viu, como tambem não viu o grande orador é que isto era uma sandice só propria de quem pensa mais pelas protuberancias do que pela massa encephalica que está por detraz d'ellas. Pois o que será revolucionario por temperamento? E de mais n'um ser tão submisso ás imposições do sexo fragil? Temperamento revolucionario é de se lhe tirar o chapeu. Sabemos que ha temperamentos nervosos, lymphaticos e sanguineos. Agora revolucionario só do espelunqueiro. E' tempo porém de deixarmos o Lazaro de que nos temos occupado mais de que elle merece, para não deixar-mos no olvido os seus dignos companheiros parecendo que as honras de preferencia deveriam pertencer ao grande director da companhia o „Cebola,„ mas ha rasões que nos levam a deixar este pobre diabo para a proxima correspondencia tratando hoje de outro inseparavel do bravo, seria uma barbaridade da nossa parte desvial-os agora. Refiro-me ao Jesuino ou Hermenegildo visto que dá pelos dois nomes. Este não é aqui conhecido, não se sabendo qual foi a leva em que aqui appareceu nem como aqui ficou. Não tem historia o pobre diabo, sabendo-se apenas que foi visto ao balcão do Pedrosa, para pouco depois estar a apanhar moscas n'uma loja fronteira dizendo-se que o Soares tinha arranjado uma industria rendosa da applicação d'estes dipteros, mas pelo que se vê foi infeliz n'esta invocação industrial e exigiu ao depenado socio a liquidação, não só d'este improductivo negocio, mas tambem do resto. Julga-se melhor só em especulações. Por que será? Nós o diremos depois, mas para esclarecer os nossos leitores diremos que este Jesuino se entrega agora quasi exclusivamente no passeio de grande senhor, de boina fadistal, e é creado de barracão com o encargo de distribuir logares na barraca de titeres aqui existente. Ninguem lhe conhece actualmente outros afazeres desde que o Soares lhe levantou mão, senão os que deixamos mencionados e o de fly-catcher. Está pois bem no *Rebate*. Aprecie-se pois a força moral das acusações d'este infimo jornaleco com redactores d'estes e o nosso José Mathias que alcançado com a Camara em dois contos de reis, vendeu toda a caução fazendo assim negocios que podem trazer graves prejuizos aos compradores que ámanhã estão sujeitos a ficar sem os predios; veja-se pois como gente d'esta pretende babar a reputação d'um nosso amigo, que não exerce nem exerceu cargo algum official, que muito distante d'elles os despresa pelo que são e valem insinuando que deu um jantar com dinheiro que lhe não saiu do bolso, quando o infame sabe bem que isto não é verdade; porque sendo presidente da Camara o sr. Major Benedicto Pereira d'Azevedo, com quem não alimenta relações, este cavalheiro não era capaz de desviar com a sua responsabilidade qualquer garantia dos fins orçamentaes nem o nosso amigo se prestaria, caso a Camara quizesse festejar a visita honrosa do primeiro magistrado do districto, a um papel de comparsa; sendo a insinuação tão torpe e saloia, como a de que o nosso amigo deu um bocado de terreno em Santa Citta que pertencia á Camara. Mas como poderia elle fazer tal coisa e quem lhe aceitaria o presente para fazer casas com o risco de ficar sem ellas; como succederá um dia ao Collete Encarnado (Prista) que sendo simples depositario d'uns bens penhorados, anda n'elles ha muito fazendo predios. Estou certo que em Santa Citta não ha gente tão tola.

Continuaremos.

C.

—†—

Moita.

Era repugnante ouvir no dia 21 o que os vermelhaços cá da terra diziam do grande caudilho republicano Affonso Costa. Que na sexta feira rebentava com certesa a republica, depois do Affonso ler em cortes a grande e sensacional noticia que trazia escondida na carteira. Era a voz geral dos arruaceiros cá d'esta santa Moita.

Quando eram horas de maré, corriam para o caes á espera das embarcações, que vinham de Lisboa, para ver se traziam a republica. Quando chegou o primeiro bote que era d'um correligionario, este disse que á hora que tinha partido de Lisboa, ainda não havia rebentado a bexiga, perdão a republica, mas que não chegava a noite sem rebentar. Então é que foi o bonito: começaram logo a bailar o *Ladrão do negro melro* e a *Margarida vae á fonte*, pagaram sete charutos de lépis aos correligionarios que alli estavam (que não tem voto) a espera de ganharem alguns trinta reis d'algum frete de mercadorias.

Abriram uma subscripção que rendeu 130 reis. — Oh rapaz, diziam para o José Caetano, dá cá mais meio litro, que hoje é o dia grande. Quando for noite já é tudo o nosso. Os thalassas vão para o Alemtejo guardar porcos. O que é nosso já é nosso, e o que é d'elles é para nós todos republicanos.

Que diabo, diziam elles, nós fartamo-nos de amparar as esquinas com as costas, e nunca temos vintem, e os thalassas vão logo de manhã para as fazendas tratar do que é d'elles; estão cheios de dinheiro. Isto assim não vae bem. Venha a republica que é para nós tambem termos dinheiro, e elles que venham para o nosso logar.

—Olha! lá vem o bote do Jacaré. Agora é que lá vem ella, dentro do barco.

Chega o barco. —Eh Jacaré, já rebentou lá em Lisboa? —Por emquanto não! —Não esmoreças, diz a D. Eduarda, vamos para a estação, que vem no comboio das 4 o dr. Buissa e o dr. Cegonha, e trazem a noticia com certesa de que isto já é tudo nosso.

E lá foram caminho da estação á espera do comboio. Chega o comboio e desembarca o Buissa e a Cegonha. Correm para elles: —O que ha, drs.? —Não ha nada. O Affonso anda a mangar comnosco.

Um thalassa.

O Povo de Aveiro

Vende-se

Aveiro—Kiosque Souza, Praça de Luiz Cypriano. **Lisboa**—Tabacaria Monaco, Rocio; Kiosque Elegante, Rocio; Tabacaria Neves, Rocio; Tabacaria Marécos, Rua do Principe 124, em frente do Avenida Palace; Tabacaria Felismino Paulo, Rua da Prata 205-207; Tabacaria Ingleza, Praça do Duque da Terceira (Caes de Sodré) 18; Antonio Loureiro, Calçada da Estrella, 59; Tabacaria Batalha, Calçada da Estrella 15; Tabacaria Portugueza, rua da Prata, 16; Tabacaria Rafael dos Santos, rua do Ouro, 124; Tabacaria Bocage, Praça de D. Pedro 36; Havaneza Central, Praça de D. Pedro, 59 João Teixeira Frazão, Rua do Amparo, 52; Alfredo Lourenço de Sá, Rua do Livramento 103; Kiosque Oriental, Praça Duque da Terceira; Tabacaria Viegas, Rua dos Poyaes de S. Bento, 102 a 104; Nuno J. C. Feijós, Rua Poaes S. Bento 141; F. Gonçalves, Rua de S. Bento, 181; A. Ponte Ferreira, Rua Conde Redondo 133 Bairro de Camões; Havaneza aos Pantistas, Calçada do Combro 113; Tabacaria Godinho, Calçada da Estrella, 25; José dos Santos, Rocio, 108; Eduardo Augusto, Rua de Belem, 102 e 103; J. D. Ferreira, Rua Saraiva de Carvalho, 105 B.; João Rodrigues Mattos, Rua dos Cavalleiros, 97; Antonio Marques, Rua da Esperança, 210; José Francisco Martins, Largo do Calhariz, n.º 4; José Pires Gonçalves, Rua da Magdalena, 188-190; Kiosque Largo de S. Roque; Tabacaria Amelia, Rua de S. Pedro d'Alcantara, 47. Manuel Loureiro do Prado, Rua do Possollo, 27.

PORTO—Tabacaria José Teixeira, Praça de D. Pedro, 9 e 10; Tabacaria Vieira da Cruz, rua de Santo Antonio; Tabacariade C. A. Guimarães, Rua Formosa. 290 A; Antonio Pinto Praça de D. Pedro, 20; Alfredo Ribeiro da Costa, Rua da Lapa, 15-16.

Espinho—Kiosque Reis. **Moita do Ribatejo**—João Baptista Mouro. **Vizeu**—Kiosque do Rocio. **Chaves**—Annibal de Barros. **Villa Real**—Kiosque Trindade. **Alvorninha**—Paulino da Silva Mendes. **Alpedrinha**—Manuel dos Santos Tarouca. **Villa Franca de Xira**—Tabacaria Marciano Mendonça. **Seixal**—Prefiro Ferreira. **Villa Velha de Rodam**—Antonio da Cruz Pinto. **Mangualde**—Bento d'Almeida Campos. **S. Thiago de Cacem**—Joaquim Gervasio. **S. Pedro do Sul**—José Augusto d'Almeida. **Fáro**—Francisco Matheus Fernandes. **Evora**—Marcelino Anthero Calça, Rua da Sellaria 19-21. **Cascaes**—José Jacintho D. Cabral, Tabacaria Aurea. **Villa Nova de Barronea**—José Custodio Figueira. **Cortegana**, Alemquer—João dos Santos Pereira. **Paderne**—**Algarve**—Antonio Anacleto d'Oliveira, **Torres Novas**—João Rodrigues Sentieiro. **Amarelleja**—**Moura**—Manuel Frade. **Castello Branco**—Vende-se pelas ruas. **Montemór o Novo**—Fortunato Reina o. **Tondella**—Mario do Carmo. **Pedrogam Grande**—Adelino Lourenço dos Santos. **Idanha a Nova**—Christiano Pereira Barata. **Ançã**—José da Costa Neves. **Braga**—José Gomes da Silva, Campo de S. Thiago, 24. Kiosque Conçalves. **Taboa**—Francisco da Costa Carvalho. **Monsão**—João da Silva Guimarães. **Figueiró dos Vinhos**—José Miguel Fernandes David. **Pinhel**—Estabelecimento de D. Josephina da Silva Torres **Vianna do Castello**—No estabelecimento de Boaventura José de Carvalho; José Antonio d'Araujo Junior, Rua 8 de Maio, 122. **Lamego**—Joaquim Valente. **Castello Novo** (Beira Baixa) João Pereira dos Santos **Elvas**—Luiz Samuel da Silva. **Povoa**—José Couto Segundo, **Agueda**—Eduardo dos Santos Trinta. **Covilhã**—João Pereira Saraiva. **Figueira da Foz**—João Palhas, Mercado n.º 8. **Santa Cruz da Graciosa**—Antonio Ernesto Esteves. **Fundão**—Manuel Gonçalves Anacleto. **Guarda**—José dos Santos.

Cadaval—Antonio Lopes Leal. **Sobral de Mont'Agraço**—Arthur Carvalho. **Moura**—José Fragoso de Lima Nunes. **Macieira de Cambra**—Domingos d'Albergaria **Alcochete**—Joaquim Valentim **Santarem**—Vende-se nas ruas **Cezimbra**—Antonio José Pereira. **Angeja**—José Maria Martins dos Santos. **Castello de Vide**—Antonio Lourenço Veliz. **Villa do Cano**—Antonio Martins Florentino.

Louzã—Adelino P. Erse. **S. Bartholomeu de Messines**—A. Cabrita do Rosario. **Mattosinhos**—Agencia Lusitana, Rua Roberto Ivens **Coimbra**—Tabacaria Central, Rua Ferreira Borges 27; Casa Feliz, rua Infante D. Augusto. Polonia Palhas, Rua Borges Carneiro 6. **Alcobaça**—Antonio Vazão. **Gouveia**—Manuel A. Manta, Rua Braamcamp **Leiria**—Jayme Monteiro. **Portalegre**—João Gervasio Coelho, Largo da Sé. **Vendas Novas**—Joaquim Maria de Andrade—o *Varino*. **Setubal**—Manuel Tavares. **Arronches**—Miguel Maria **Villa Nova d'Ourem**—Antonio José Pereira. **Vianna do Alemtejo**—Joaquim Antonio Carvalho. **Sattam**—José da Cunha Marques. **Escalios de Cima** (Beira Baixa)—Miguel Maria Tavares. **Lagôa**—(Algarve)—Manoel Rodrigues Rogado. **Villa Viçosa**—Luis Fillippe d'Abreu. **Bragança**—Manuel Benito. **Funchal**—Francisco de Senna Lisboa, Kiosque da Constituição. **S. João da Madeira**—Venda pelas ruas. **Oliveira d'Azemeis**—Venda pelas ruas. **Albergaria-a-Velha**—Venda pelas ruas. **Porto de Móz**—José Henriques. **Alandroal**—Armando Tavares de Moura Palhas, Pharmacia Caeiro. **Thomar**—Joaquim da Costa Carvalho. **Alemquer**—João Matheus da Silva Brito, Rua Direita. **Fáfe**—Almeida Guimarães & Alves. **Benavente**—Manuel Dias Varandas. **Pavia**—José Couto Segundo. **Cabanas**—Julio Requixa. **Ponta Delgada**—**S. Miguel**—Francisco José Franco. **Guimarães**—Antonio Lopes Martins. **Esmoriz**—Emilio Augusto Fernandes.

BRAZIL

Rio de Janeiro—Manuel Botelho d'Abreu Associação dosEmpregados do C.o — Avenida Central 120
Manaus—Agencia Freitas.
Belem do Pará—Centro de Publicações.

EDITOS DE 30 DIAS

2ª publicação

N'este Juizo e pelo cartorio do escrivão do 4.º officio, Flamengo, nos autos de inventario orphanologico a que se procede por obito de Josefa da Silva Pardalla, casada, que foi moradora na Lagôa, freguezia de Ilhavo, d'esta comarca e em que é inventariante Thomé dos Santos, viuvo da fallecida, residente n'aquelle logar, correm editos de trinta dias a contar da segunda e ultima publicação d'este no respectivo jornal, chamando e citando o interessado Manuel Francisco Marieiro, casado, ausente em parte incerta, para assistir a todos os termos até final do referido inventario e n'elle deduzir os seus direitos, sob pena de revelia. Pelo presente são tambem citadas todas e quaesquer pessoas incertas que se julguem com direitos no mesmo processo para virem deduzi-los, querendo. Aveiro, 3 de Fevereiro de 1910.

Verifiquei.

O Juiz de Direito

Ferreira Dias.

O escrivão.

João Luiz Flamengo.

LOTERIA

DA

Santa Casa da Misericordia de Lisboa

100:000$000 RS.

EXTRACÇÃO a 10 de junho de 1910

BILHETES A . . . . . 40$000
VIGESIMOS A . . . . . 2$000

A thesouraria da Santa Casa incumbe-se de remetter qualquer encommenda de bilhetes ou vigesimos, logo que seja recebida a sua importancia e mais 75 réis para o seguro do correio.

Os pedidos devem ser dirigidos ao thesoureiro, á ordem de quem devem vir os vales, ordens de pagamento ou outros valores de prompta cobrança.

A quem comprar 10 ou mais bilhetes inteiros desconta-se 3 0[0 de commissão.

Remettem-se listas a todos os compradores.

Lisboa 11 de abril de 1910.

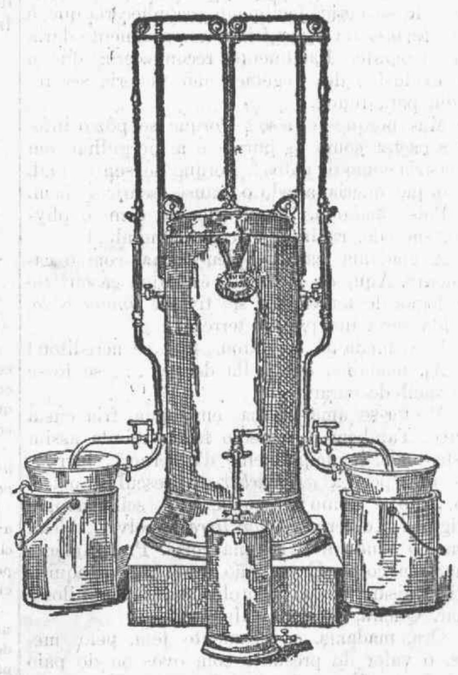
O thesoureiro,

L. A. d'Avellar Telles.

A. Anselmo & C.ª

20, LARGO DE S. DOMINGOS, 20

LISBOA



Canalisações para agua, gaz e acetylene. Gazometros para acetylene em chapa de ferro chumbada, com um e dois geradores, os mais praticos, solidos e economicos

Absoluta segurança e simplicidade no funccionamento. O mais perfeito purificador até hoje conhecido. Accumulador interior. Carboneto dividido em secções. Gazometros para bordo. Montagens garantidas e economicas.

Pedir preços e condições a

A. ANSELMO & C.ª

LARGO DE S. DOMINGOS, 20

LISBOA